

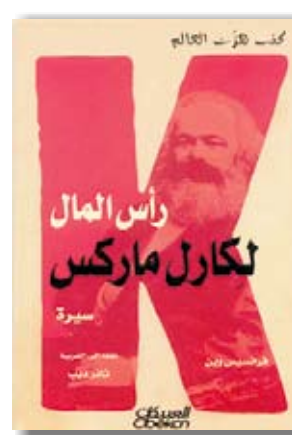
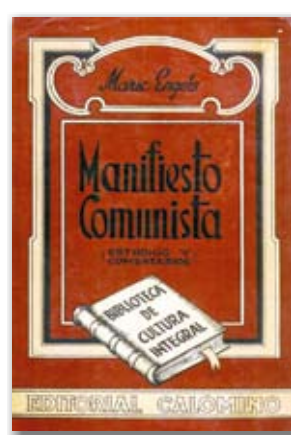
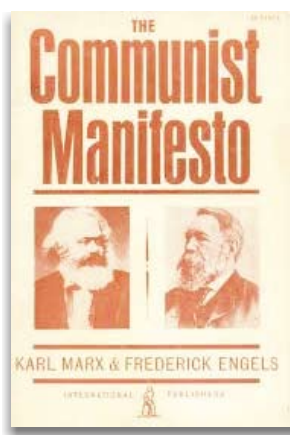
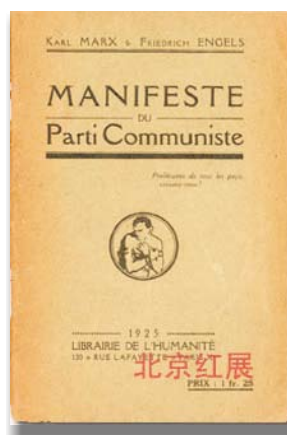
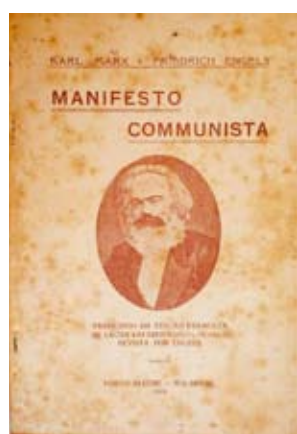


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 514 - DE 14 A 28 DE FEVEREIRO DE 2016 - R\$ 3,00

168 anos do Manifesto Comunista



Proletários de todos os países, uni-vos!

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!

Por uma frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados

Oposição revolucionária a Dilma

Política operária

Combater a política econômica recessiva do governo Dilma Rousseff

Organizar o movimento de frente única em defesa da vida dos explorados

A recessão é uma manifestação objetiva da crise de superprodução. Mas a política econômica do governo pode interferir no seu curso, seja para abrandá-la ou agravá-la. Dilma Rousseff assumiu o “ajuste fiscal”, que significa corte orçamentário e elevação de impostos. Na situação em que caem as compras, aumenta o excedente de mercadorias e as empresas desaceleram a produção, crescem as falências e demitem em massa, o Estado deve intervir com mais vigor utilizando-se de seus recursos financeiros e administrativos para se contrapor às tendências recessivas. A política econômica nesse caso estaria reagindo positivamente ao fenômeno da crise de superprodução, momento em que o crescimento econômico perde impulso e inicia um processo inverso de retração. O período de retrocesso se distingue do anterior pelo fato de destruir parte das forças produtivas já constituídas. A política econômica, como se vê, pode se colocar na contracorrente da recessão, ou alimentá-la. De forma a proteger as forças produtivas, ou auxiliar em sua quebra.

O objetivo de um governo burguês de reduzir as consequências da crise econômica sempre estará a serviço da classe capitalista, embora possa aparecer empenhado em proteger os assalariados diante das demissões e do crescimento do desemprego. A forma clássica de se contrapor à recessão é a de canalizar grandes recursos do Tesouro nacional para obras públicas, que envolvam a contratação de parte dos demitidos da indústria e do comércio e que contrabalance a queda econômica em setores fundamentais. A redução das taxas de juros que penalizam os consumidores, bem como as das tarifas de água, luz, transporte, etc., e o abrandamento da dívida das famílias operárias, camponesas e de classe média também servem de instrumento de política econômica antirrecessiva. Observa-se que os subsídios a grupos capitalistas, via de regra, apenas protegem seus lucros e acabam saqueando o Tesouro nacional.

Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, colocou-se diante das pressões recessivas com uma política extremamente contraditória. Procurou manter os investimentos públicos nas obras do PAC, conteve a alta das tarifas, tentou reduzir o preço da energia, baixou gradativamente as taxas da Selic e pressionou os bancos a diminuírem as taxas de juros que atingem os consumidores. Ao mesmo tempo, implantou a “desoneração da folha de pagamento”, que serviu aos lucros das grandes empresas, principalmente das multinacionais, e golpeou a debilitada previdência social. Os subsídios aos grandes e pequenos capitalistas expuseram a insalvável contradição de sua política econômica antirrecessiva. Lembremos que o governo Lula, tendo à frente um ministro da Fazenda que advogava teses antineoliberais, acabou agindo em favor do capital financeiro assim que explodiu a crise em 2008.

No seu segundo mandato, a petista iniciou o governo tendo de administrar a enorme queda do crescimento. A recessão se impôs irresistivelmente. E as contradições da política econômica tomaram corpo, projetando a crise política. A dívida pública,

que parecia equacionada, voltou a determinar a política econômica e as medidas pontuais. Atingiu o fantástico valor de R\$ 2,8 trilhões em 2015. O orçamento da federação não suporta o peso de tamanho parasitismo financeiro: 47% são destinados ao pagamento de juros e amortizações; 8,46% do PIB foram canalizados para os banqueiros e aplicadores. A subordinação da política econômica ao pagamento do gigantesco montante de juros a coloca a favor da corrente recessiva. O “ajuste fiscal”, na realidade, não é uma decisão do governo, mas uma imposição do capital financeiro.

A esquerda petista e a burocracia sindical estão assustadas com o curso que tomou o governo de Dilma. Estão obrigados a sustentá-lo e ao mesmo tempo criticá-lo por assumir a diretriz recessiva. Gostariam que Dilma apresentasse um plano de crescimento, mas são incapazes de exigir que o governo rechaçe as pressões do capital financeiro e do imperialismo. Ocorre que não será diante de uma crise tão profunda da economia capitalista e de um governo tão débil como o de Dilma que se imporá uma política burguesa nacional. O rompimento com o capital financeiro implica parar imediatamente de pagar a dívida pública. A administração petista faz exatamente o contrário – submete toda energia do país ao parasitismo dos credores.

Na reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento e no pronunciamento feito no retorno do Congresso Nacional, Dilma confirmou a orientação antioperária, antipopular e antinacional, traçada pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy. Objetiva aumentar impostos, que recaem sobre os explorados, modificar os critérios para as aposentadorias, ativar a Desvinculação de Receitas da União (DRU), avançar as privatizações e reduzir os gastos com os programas sociais.

Não se trata de exigir do governo que mude sua política econômica, como pedem a esquerda petista e a burocracia sindical. Ao contrário, trata-se de combatê-la com o programa e a política do proletariado. Está na ordem do dia a organização de uma campanha nacional contra as demissões, o desemprego, o subemprego, as perdas salariais e a destruição de direitos. Por esse caminho, os oprimidos lutarão não somente contra a política econômica antioperária e antinacional como também contra a exploração do trabalho. Está colocada a defesa do não pagamento da dívida pública, canalização dos recursos para as obras promovidas pelo Estado, para saúde, educação e moradia.

A vanguarda mobilizada tem o dever de combater pela constituição de uma frente única de defesa da vida dos explorados. Exigir das centrais e dos sindicatos que convoquem assembleias e que estas aprovem as reivindicações e o método da luta direta e da organização independente, constituindo os comitês de base. O POR chama os operários, os camponeses, a classe média arruinada e a juventude oprimida a levantarem a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff e por um governo operário e camponês.

Carta aberta do Partido Operário Revolucionário/POR às Centrais e aos sindicatos
É necessário constituir uma frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados.

É necessário que as Centrais, sindicatos e movimentos se independizem do governo e da política burguesa.

É necessário organizar um movimento nacional que unifique operários, camponeses, classe média empobrecida e juventude oprimida

Aos trabalhadores

O pronunciamento da presidente da República Dilma Rousseff no Congresso Nacional reafirmou a declaração do novo ministro da Fazenda Nelson Barbosa de que o “ajuste fiscal” continuaria a guiar a política econômica do governo. Duas medidas atingem os assalariados e os pequenos produtores, comerciantes e profissionais liberais: a reforma da previdência e o “imposto sobre o cheque” (CPMF). Sobre a previdência, além de estabelecer uma idade mínima elevada, extingue a diferença entre homens e mulheres e modifica o critério de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Sobre a CPMF, é um imposto que penaliza, sobretudo, os assalariados e a classe média, que inevitavelmente se utilizam dos bancos. Estão em andamento também as mudanças na legislação trabalhista, que Dilma ocultou em seu pronunciamento. Lembremos que estão em pleno vigor as Medidas Provisórias 664 e 665, que sacrificam o auxílio desemprego, as pensões e os defesos (proteção aos pescadores).

Dilma disse que as novas mudanças não prejudicam os direitos adquiridos dos trabalhadores. A demagogia, no entanto, não é capaz de esconder o essencial – o governo do PT tomou a decisão de descarregar a crise capitalista sobre as costas da maioria oprimida.

No mesmo momento em que Dilma Rousseff ia ao Congresso Nacional pedir apoio à continuidade do “ajuste fiscal” montado pelo ex-ministro Joaquim Levy, os jornais publicavam a brutal elevação da dívida pública e a sangria do Tesouro Nacional. Como pode um país de economia atrasada, carente em saúde, educação, habitação, saneamento - impregnado de desemprego e subemprego - e profundamente marcado pela miséria de milhões, arcar com **R\$ 501,786 bilhões em pagamento de juros**? Nesse mesmo momento, os balanços dos maiores bancos revelaram expressivos lucros! Os parasitas sugam os recursos nacionais e exigem que o governo aplique um plano de austeridade contra as massas. Dilma Rousseff, ao invés de dizer não, os atende.

A queda do crescimento econômico, no ano que finda, mostra que a crise mundial arrastou o Brasil para o caminho da destruição de parte das forças produtivas. É o que mostram as demissões em massa, o crescimento da taxa do desemprego, a potenciação do subemprego, o aumento de famílias sem-teto, o rio de pedintes nas ruas e o tormento da violência urbana. Esgotou-se o breve período de vigoroso crescimento, que sustentou a política do governo Lula de apoio aos grandes grupos industriais e fortalecimento da classe média. Já não é possível ocultar a impossibilidade do clamado “crescimento sustentável, com distribuição de renda” e da violenta concentração de riqueza. Já não é possível desviar a atenção dos explorados para

os artifícios da “inclusão social” e do “fim da fome”.

As centrais e a grande maioria dos sindicatos aproveitaram os anos de crescimento, de assistencialismo governamental (Bolsa Família, etc.), de programas sociais (Minha Casa Minha Vida), de pequenas concessões (aumento do salário mínimo) e da política de reparações (cotas para os negros) para impulsionar a colaboração de classes. O movimento dos sem-terra, sob a direção do MST, e o movimento dos sem-teto (MTST) seguiram a mesma trilha. Todos se alinharam por trás do governo petista, bloquearam o movimento operário e camponês e serviram de auxiliares à política de suposta inclusão social. Agora, continuam atados ao governo de Dilma Rousseff, que assumiu o objetivo de impor o ajuste fiscal, custe o que custar à vida dos explorados.

As condições econômicas e políticas para as centrais, os sindicatos e movimentos praticarem a colaboração de classes, no entanto, sofreram grandes alterações. Já não é possível levantar as bandeiras da “inclusão social”, da “distribuição de renda”, do “combate à fome”, do “fim das discriminações”, da “proteção às mulheres” e do apoio aos pequenos e médios agricultores”. Não há como iludir a maioria oprimida com esmolas e algumas benfeitorias, despendendo uma fatia dos recursos da União. O governo federal determinou os cortes. Os governos estaduais seguem as mesmas diretrizes. Todos estão concentrados em pagar bilhões de juros aos credores da dívida pública. Todos rapidamente estão se perfilando diante da exigência da burguesia de que o Estado deve proteger seus negócios e seus lucros. Todos pedem sacrifício à população, em nome da retomada do crescimento, dos empregos e dos salários. É nessas condições que a maior parte dos sindicatos têm de continuar com a colaboração de classes.

O que está acontecendo nas fábricas, construções, comércio e serviços? Atravessam uma onda de demissões que lembra os anos 90, da época do governo de Fernando Henrique Cardoso. Como o patronato pode destruir 1,54 milhão de postos de trabalho em um ano e os sindicatos ficarem de costas? Como explicar o fato das centrais assistirem tamanho ataque aos empregos e não organizarem a resistência nacional? A bandeira de redução da jornada sem redução dos salários ficou recolhida. As centrais mostraram que a defesa das 40 horas somente serviu para fazer propaganda demagógica no Congresso Nacional, ainda que estivesse muito aquém das necessidades. O que explica tamanha passividade? Basta identificar a política de colaboração de classes, para se identificar uma das principais causas.

Se, no passado recente, as centrais e sindicatos partilhavam dos interesses da classe capitalista em nome do “crescimento sustentável” e da abertura de postos de trabalho, agora colaboram mantendo a classe operária inativa e desorganizada. A

CUT e a direção do sindicato metalúrgico do ABC dirão que estão se mexendo. Atuaram para que o governo e o Congresso promovessem o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Mecanismo que reduz jornada e salário, provisoriamente. Serve às multinacionais, que usam de seu poder para extorquir o Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT) e proteger seus lucros. O PPE foi um dos últimos recursos das grandes empresas para enfrentar a crise de superprodução às custas dos assalariados. Seguiu ao “banco de horas”, “Programa de Demissão Voluntária” (PDV), “férias coletivas” e “lay-off”. As centrais têm concordado em aplicar a flexibilização capitalista do trabalho.

A burocracia dirigente defende que a melhor via para enfrentar as demissões é negociá-las. Consideram a via da luta, das greves, das ocupações de fábrica, das manifestações e dos bloqueios métodos ultrapassados. Trabalham incessantemente para convencer a classe operária de que o capitalismo está preparado para integrar os sindicatos nas negociações. Já não é aquele capitalismo atrasado e selvagem, mas um capitalismo modernizado e uma burguesia disposta a partilhar as dificuldades econômicas com os seus empregados. As multinacionais, portanto, seriam o carro chefe da modernidade e da criação das condições para substituir a luta de classes pela colaboração de classes. A superprodução mundial e do mercado interno, o recrudescimento da concorrência e a tendência da queda da taxa de lucratividade vêm pondo abaixo essa convicção ideológica burguesa.

A liquidação de postos de trabalho, as demissões em massa e a elevação do exército de desempregados, ao contrário dos argumentos da burocracia sindical, mostram que o capitalismo não tem como ampliar em grande escala as forças produtivas. A grande propriedade burguesa dos meios de produção, a gigantesca polarização entre a riqueza acumulada pela minoria e a pobreza das massas, o predomínio do capital financeiro parasitário, os grandes desequilíbrios mundiais ditados pelo desenvolvimento desigual dos países e o saque das potências contra as nações semicoloniais bloqueiam a expansão das forças produtivas e estas se desmoronam. Não há como a burguesia atender às necessidades mais elementares da maioria explorada por meio de reformas e da colaboração de classes, como propaganda a burocracia sindical. De maneira que as centrais e os sindicatos estão anulados diante do fechamento de postos de trabalho.

Não apenas o desemprego inferniza a vida de uma ampla camada da população, a inflação e o custo de vida em alta confiscam parte dos salários. Desemprego e custo de vida derrubaram o ganho médio dos brasileiros, de R\$ 1.291,86 para R\$ 1.270,74. A queda de 1,63% parece pouco, mas é preciso levar em conta a inflação, para a maioria dos assalariados significa mais dificuldades. E indica uma tendência de perda no poder aquisitivo das massas. As regiões mais pobres são as mais afetadas, como as do Nordeste e Norte do País. Tudo indica que o ano de 2016 será de mais ataque e sacrifício às condições de existência da maioria oprimida.

O reajuste do salário mínimo em apenas 11,67%, passando de R\$ 788 para R\$ 880, indica que está em andamento um retrocesso. O governo já não tem como sustentar sua política de valorização como instrumento de “distribuição de renda”. E setores da burguesia atacam com mais desenvoltura o salário mínimo como base para o reajuste da Previdência. Dilma Rousseff também deixou uma porta aberta à discussão sobre a desvinculação orçamentária, o que permitiria o governo a

tratar arbitrariamente os recursos para a saúde e educação. Somente não se avança nesse sentido devido ao fato de a vinculação ser constitucional. Mas o governo fará o impossível para reduzir os gastos sociais. É do interesse geral da burguesia e, em particular, dos banqueiros e investidores que assim seja. É irrelevante a justificativa de que o governo está encurralado pelo movimento do impeachment e pelo golpismo da oposição. Esse argumento procura ocultar a política de colaboração das centrais e da maioria dos sindicatos.

Não se trata apenas de ver a presente situação, mas também o futuro próximo. Tudo indica que a recessão continuará a destruir postos de trabalho em 2016 e que o custo de vida se agravará ainda mais. A promessa de Dilma Rousseff de que o crescimento voltará em breve não convenceu. A crise mundial não foi estancada e não parece que será superada brevemente. O mais provável é que a desativação do crescimento da China trará novos impactos negativos em todo o mundo. Essa é previsão mais realista da situação internacional. As suas devastadoras consequências continuarão a golpear a economia interna do Brasil no próximo período.

Os sindicatos deveriam agir segundo essa previsão. Mas suas direções não a fazem, não têm interesse em fazer e não são capazes de reconhecer a desintegração do sistema capitalista, uma vez que seguem, em última instância, a política de um setor da burguesia e estão cegas pela prática da colaboração de classes. Não há dúvida de que os sindicatos, embora amplamente estatizados e descaracterizados pela burocratização, continuam a ser importantes para a luta dos explorados. É o que justifica essa nossa Carta Aberta, ao mesmo tempo de ataque à posição de desarme político-organizativa do proletariado e de defesa da constituição de uma frente única sindical. Estamos convencidos de que é preciso combater no seio dos oprimidos com o programa revolucionário, com a concepção marxista da luta de classes, com a análise da crise estrutural do capitalismo, com as reivindicações que unificam os explorados e com os métodos da luta coletiva. O POR luta por essa linha sob a estratégia da revolução proletária, da constituição de um governo próprio da maioria oprimida, um governo operário e camponês.

A situação é grave. A direita burguesa avança de acordo com o fracasso da esquerda burguesa, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Trata-se de um avanço apoiado pelo imperialismo. Mas os explorados procuram outra via – a começar pela defesa de suas condições de existência, que certamente se choca com a burguesia interna e com o imperialismo. Trata-se de despertar os explorados para a resistência anticapitalista e anti-imperialista.

Cumprindo seu dever, o POR chama os trabalhadores e a juventude a exigirem que as centrais sindicais rompam com o governo (CUT, MST, MTST, UNE) e com a oposição burguesa (Força Sindical, CGT, UGT). Que constituam imediatamente uma frente única em defesa dos empregos e dos salários. Que se coloquem claramente pelo fim de todo acordo de flexibilização capitalista do trabalho. Que levanten a bandeira de não pagamento da dívida pública. Que organizem o movimento nacional pela redução da jornada sem redução dos salários, pela estabilidade no emprego e pela escala móvel do trabalho para incluir na produção todos os desempregados. Que coloquem para os explorados a defesa do salário mínimo vital calculado pelas assembleias. Que rechacem as medidas antinacionais, anti-operárias e antipopulares do governo Dilma. Com esse plano de reivindicações, que as centrais e sindicatos organizem um movimento nacional sobre a base de assembleias e de comitês de luta.

Perseguição ao PT

Nossa tarefa - lutar pela independência de classe dos explorados

O juiz federal Sérgio Moro, finalmente, incluiu Lula como investigado da “Operação Lava Jato”. O primeiro passo foi convocá-lo a depor como testemunha do pecuarista José Carlos Bumlai, preso sob a acusação de lavagem de dinheiro e fraude. Segundo a investigação da Lava Jato, o fazendeiro teria servido ao PT para realizar uma transação com o banco Schahin na forma de um empréstimo fraudulento. Em troca, o pecuarista Bumlai e o grupo Schahin receberiam vantagens do governo. Também segundo informações, o grupo Schahin passou a gerenciar o navio sonda contratado pela Petrobrás, sem a devida licitação. No entanto, sem nenhuma prova contra o ex-presidente Lula, essa linha de investigação não progrediu. Sérgio Moro declarou, portanto, que Lula não estava sob investigação.

A situação mudou com a “Operação Zelotes”, que investiga as Medidas Provisórias que serviram aos interesses da indústria automobilística. O inquérito apura se houve uma transação entre Lula e as multinacionais desse setor. Como também não encontraram provas, as autoridades empenhadas em achar um ponto de partida para envolver o ex-presidente na Operação Lava Jato (Zelotes é uma variante dessa operação) acabaram por vasculhar a suspeita de que Lula estaria implicado em dois negócios de ocultação de patrimônio, como proprietário não declarado de um apartamento no condomínio Solaris no Guarujá; como proprietário de um sítio, em Atibaia, que tem como proprietários Fernando Bittar e Jonas Suassuna, ambos sócios do filho de Lula, que também é investigado. O Ministério Público de São Paulo tomou a iniciativa de colocar Lula e sua mulher, Marisa Leticia, como investigados no caso do Solaris. Como existe um inquérito sobre a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), que se quebrou e seus responsáveis são acusados de fraude, a ligação de Lula com o Solaris ensejou à Promotoria que abrisse uma investigação contra o ex-presidente. No caso do sítio de Atibaia, não há nenhum indício de que Lula tenha se proposto a adquiri-lo. A suspeita recai sobre o fato dele e sua família utilizarem a propriedade com tanta frequência e zelo, como se lhe pertencesse.

A autorização do juiz Moro de abrir um inquérito que investigará o sítio Santa Bárbara potencia a ação policial-judicial contra Lula e o PT. As notícias mais esperadas nesse sentido são as revelações que Bumlai poderá fazer. Segundo depoimentos, o fazendeiro teria arcado com a reforma do sítio.

A relação promíscua de Lula com empresas e burgueses do tipo Bumlai é evidente. Basta isso para que as denúncias cheguem aos explorados como um sinal de traição. É inevitável que todo político da burguesia, de uma forma ou de outra, se corrompa e contraia relações espúrias e venais. Esse é o aspecto mais importante da ofensiva que a direita burguesa trava contra o PT. De fato, Lula saiu da condição de operário para ingressar numa camada da “elite”, que no passado rechaçava. Não era preciso que utilizasse da corrupção para escalar o topo. Bastaria o enriquecimento “lícito” por meio da política

para que qualquer operário pudesse dizer com razão que Lula se vendeu à burguesia. Provando ou não provando que ocultou patrimônio, o objetivo dos adversários do PT de mostrar que seu principal líder é um aproveitador já foi politicamente atingido. E não há como o ex-presidente se livrar dessa pecha, uma vez que não conservou sua posição de operário e aos olhos das massas se aburguesou.

A imprensa se irritou com a denúncia de que está sendo “facciosa”. Em seu editorial, O Estado de São Paulo responde: “não publicar tais informações seria dispensar um tratamento privilegiado a quem sempre afirmou combater os privilégios”. Nesse mesmo sentido, em outro editorial, questionou o argumento de que todos os políticos estão sujeitos à investida do poder econômico. Essa defesa resultaria em considerar todos os políticos corruptos e, portanto, não haveria por que incriminar os petistas que incorreram em delitos. Trata-se de uma falsa colocação. A grande imprensa não apenas publica as informações, mas faz uma campanha ideológica sistemática contra o PT. Quando se trata da corrupção do PSDB, aí sim limita-se a publicar algumas informações. Criou-se a versão de que o PT é o partido mais corrupto da história da república, ocultando que nunca houve uma investigação tão ampla e tão profunda contra qualquer partido da burguesia, em tempo algum.

A explicação desse fenômeno político está em que o PT não surgiu como um partido orgânico da classe burguesa. Expressou uma tendência da classe operária de criar uma organização distinta das existentes e independente, que pudesse defender seus interesses de explorados, pobres e miseráveis. Essa tarefa, no entanto, foi apropriada por lideranças sindicais e por intelectuais de pequena burguesia, que se apoiaram no proletariado para ingressar e se potenciar no seio da política burguesa. Lula, como dirigente das greves metalúrgicas do ABC, preso por desafiar o governo militar, se habilitou diante das frações burguesas que passaram a encabeçar a transição da ditadura para a democracia, se habilitou no sentido de vir a constituir um partido eleitoral voltado a contrair alianças em função da governabilidade. Setores da burguesia viram no nascimento do PT um instrumento para canalizar a luta de classes e promover a conciliação, que os governos da “redemocratização” não haviam conseguido. Está aí por que Lula e o PT passaram a ter apoio financeiro, sem o qual não conseguiriam ir adiante nas disputas eleitorais. É claro que uma outra fração viu nos “esquerdistas” um espectro da anarquia política e do comunismo. Mas quem decidiu o destino do PT foi a fração que admitiu a hipótese de um novo partido que não se originava diretamente das entranhas da oligarquia.

À medida que Lula se projetava como caudilho eleitoral e o PT ganhava posições na máquina do Estado, liquidava-se a possibilidade de construção de um partido operário independente. A sua ala mais à esquerda, ocupada principalmente por centristas (revisionistas do trotskismo) não foi capaz de lutar por um programa revolucionário e se empolgou com o exitismo eleitoral de Lula, levantando a bandeira “Vote no PT, por

um governo dos trabalhadores”. Há que considerar a constituição do POR como parte da luta contra a política de conciliação de classes e integração do PT no Estado burguês. A vanguarda revolucionária, ainda que embrionária, combateu de um lado as falsificações do reformismo petista e, de outro, o seguidismo esquerdista. Defendeu sem meias tintas a estratégia programática da ditadura do proletariado e os métodos revolucionários que conduzem à luta pelo poder. Estava claro nesse percurso que o PT se afundaria no lamaçal da política burguesa e a esquerda centrista procuraria ocupar seu lugar como aparato eleitoral.

Não se pode demonstrar que as investigações contra Lula e o PT, bem como o julgamento do Mensalão e a prisão de altos dirigentes do partido, como uma perseguição política da fração mais direitista sem recorrer à história do PT. Não há dúvida de que o PT serviu aos interesses gerais da classe capitalista, mas não deixou de contrariar interesses particulares. A fração direitista não aceitou que o governo do PT direcionasse uma parcela do orçamento para os “programas sociais”, principalmente o Bolsa Família. Não admitiu que se privilegiasse, por meio da política econômica e das ações administrativas, um setor do capital em detrimento de outros. Não engoliu as “políticas de ações afirmativas”. Rechaçou a tentativa do governo petista de responsabilizar o Estado pelos crimes da ditadura militar. Combateu sem trégua a diretriz da política exterior de apoio aos governos de orientação nacionalista, como o da Venezuela e Bolívia. Por mais que os governos petistas tenham procurado amenizar os conflitos em torno de questões como essas, atendendo em parte às exigências do imperialismo e colaborando em certa medida com a política mundial dos Estados Unidos, a direita burguesa os fustigou diuturnamente. Não teve êxito diante do governo Lula, que contou com os bons ventos da eco-

nomia mundial e com um orçamento folgado. Mesmo assim, houve a tentativa de armar um impeachment com o escândalo da corrupção dos correios e no denominado mensalão. Dilma não teve a mesma sorte, mantém-se cambaleante na chefia do Estado. Se a oposição não conseguir destituí-la por meio do impeachment, então pretende que se inviabilize a candidatura de Lula para 2018.

O PT e seu caudilho, não temos dúvida, estão pagando por terem assumido plenamente a política burguesa. E se sujeitado ao grande capital. Não por acaso, Dilma Rousseff aplica um plano ditado pelo capital financeiro. É preciso, ao mesmo tempo, demonstrar aos explorados o significado da ofensiva reacionária da fração burguesa direitista contra o PT e Lula e a responsabilidade do PT e Lula de terem se transformado em agentes da burguesia. A clareza dessa posição é decisiva para convencer a classe operária e demais oprimidos que somente eles próprios podem julgar o PT e Lula. E que não devem apoiar em nada a investida da “Operação Lava Jato”, do juiz Sérgio Moro e demais instituições empenhadas em caçar os petistas. Ao contrário, há que denunciá-los como agentes da reação a serviço do PSDB e aliados.

A crise política favorece a luta da classe operária por sua independência. É claro que as frações da burguesia em disputa procuram arrastar as massas atrás de si. Como combater esse desvio burguês? Trata-se de levantar desde as fábricas, os bairros populares e as escolas o programa de reivindicações de defesa da vida dos explorados. Com as reivindicações em mãos, é possível unir a maioria oprimida sob a direção da classe operária. É por meio da luta de classes que os trabalhadores responderão à crise econômica e política. E se separarão da política burguesa, lutando por um governo próprio – o governo operário e camponês.

Aonde leva o pragmatismo do MST

O significa a aproximação do MST com o governo Alckmin

A aproximação do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do MST chamou a atenção de porta-vozes dos interesses gerais da burguesia, como o Jornal O Estado de São Paulo. Para eles, o MST é uma organização ilegal, sendo assim o governo do estado não poderia estabelecer relações institucionais. A posição dessa gente é de que o MST é caso de polícia. Ocorre que Alckmin foi convencido por seus auxiliares, principalmente pelo chefe da Casa-Civil, Edson Aparecido, de que uma aproximação com as lideranças desse movimento traria bons frutos.

O momento não é de reprimir o MST, que vem regredindo passo a passo e perdendo força. Já não se tem um vigoroso movimento nacional de ocupação de terras, que acossou, nos anos 90, o governo de Fernando Henrique Cardoso. Inclusive a fazenda do presidente da República chegou a ser ocupada. A política de colaboração do MST com os governos petistas e com todos aqueles que oferecessem migalhas aos camponeses amorteceu o impulso revolucionário das ocupações de latifúndios. Se no passado o MST se ergueu sobre a base desse método e da bandeira da reforma agrária, hoje depende de

acordos com os governos para sustentar os assentamentos, que dificilmente sobreviverão à investida do agronegócio. É isso que explica o entusiasmo de Gilmar Mauro, que não esconde a posição de constituir uma aliança pragmática com o governo do PSDB em São Paulo, cuja figura é um dos fortes candidatos à presidência da República. Diz o dirigente do MST: “É uma relação política, uma relação boa. Principalmente, agora”.

A aproximação de Alckmin com o MST data de 2013, momento em que se discutiu uma “Agenda” de concessões do governo do estado, como a “regulamentação de terras devolutas que deveriam ser entregues aos sem-terra, construção de moradias no campo, criação de uma escola técnica no interior paulista, etc. Mas nos anos seguintes é que se consolidaram as negociações. Alckmin, numa demonstração de apreço às novas relações com o MST, reuniu seu secretariado com uma comissão do MST. Nesse encontro se confirmou a “Agenda” de 2013 e se estabeleceram outras medidas. Segundo informações, Gilmar Mauro passou a se reunir periodicamente com o governo do PSDB.

Se o pragmatismo pequeno-burguês da direção do MST a

conduziu para dentro do Palácio dos Bandeirantes, o pragmatismo do governador o conduziu para dentro do curral eleitoral do MST. Edson Aparecido explica que com as pazes no campo paulista, Alckmin, nas eleições de 2014, ganhou em regiões em que sempre perdia, regiões essas de assentamentos do MST. Assistimos, portanto, a política arrivista do MST de que uma mão lava a outra.

Gilmar Mauro, questionado sobre o crescimento eleitoral do PSDB nos assentamentos, respondeu que é orientação “votar em setores progressistas”. Se é o governo do PT que facilita a conciliação de classes, então é para o MST o setor progressista. Se não é o PT, mas o PSDB, então Alckmin ocupa este lugar de progressista. Nota-se que os fatos demonstram que o pragmatismo da direção do MST a coloca no campo da reação, mascarada de amiga dos sem-terra.

O governador mostra para a Sociedade Rural Brasileira - que considera o MST um movimento terrorista e que por isso deve ser esmagado -, que as ocupações de terra chegaram a 70 ao ano, sendo que a média, atual, é de 35. Um governador que pretende ocupar o lugar de presidente da República não pode desprezar a influência do PT no seio das massas camponesas pobres. Precisa vestir a máscara de democrata. Somente a direita ultrarreacionária e profundamente vinculada à mentalidade latifundiária se surpreende com a manobra de Geraldo Alckmin.

O MST se integrou à política burguesa por meio do PT e por seus vínculos com seus governos. Essa relação está em crise. Alckmin compreende perfeitamente a nova situação. O MST se mostrou susceptível de ser arrastado pelas mãos do PSDB. As concessões implicam subordinação eleitoral e renúncia ao método da ocupação. A ideia é a de incorporar os assentamentos na política agrária do governo do estado, que garante o poder dos grandes fazendeiros e do agronegócio. Não foi nenhum sacrilégio permitir que o MST, em outubro de 2015, montasse no Parque da Água Branca a “1ª Feira Nacional da Reforma Agrária”. Mais importante do que este gesto político, foi a promulgação da Lei 1209/2015, que modifica um aspecto da lei de terra reivindicado pelo MST. Os assentamentos passarão a ser uma *concessão*, em lugar da *permissão*. Assim, é permitido a transferência da posse da terra por herança, de pai para filho. Acredita-se que com essa fórmula se evitará a comercialização irregular dos lotes e que se impedirá “uma reconcentração de terras daqui a 20 ou 30 anos em São Paulo”.

O propósito de evitar a reconcentração é simplesmente absurdo. A concentração já existe e o MST detém apenas 136 assentamentos, equivalentes a 7 mil famílias, segundo informações. O direito à hereditariedade não afeta em nada os interesses da burguesia agrária. Não passa de um direito burguês típico das relações de propriedade. Pode garantir o direito dos filhos de continuarem na terra e ter acesso a financiamentos, mas não garantirá as condições de existência econômica da pe-

quena propriedade subordinada à grande e ao mercado.

O programa do MST nunca foi o da revolução agrária. Seu objetivo esteve condicionado à integração do pequeno proprietário e dos camponeses que perderam as terras à estrutura agrária capitalista. Isso explica porque seus êxitos não passam de um pingo d’água no oceano. A sua dependência ao Estado e à política dos governantes impossibilitou o avanço das ocupações de terras. Ou a luta agrária avançava sobre os latifúndios, ou estacionária, recuava e se decomporia.

Evidentemente, não devemos atribuir a incapacidade do MST de organizar as amplas massas camponesas contra a opressão latifundiária apenas à sua política de dependência estatal. Ela tem seu peso, mas não é responsável por tudo. É preciso considerar o desenvolvimento da luta de classes em geral. A ascensão do PT ao poder do Estado canalizou o movimento das massas, impôs-lhes barreiras, principalmente ao proletariado. A política de colaboração de classes assumiu conteúdo e forma mais definidos.



Gilmar Mauro e Alckmin: aproximação

A estatização dos sindicatos e a extrema burocratização da CUT, bem como o estilçamento do movimento sindical, causado pelo divisionismo burocrático, alteraram o curso da aproximação da classe operária com os camponeses, iniciado em meados dos anos 80 e fortalecido nos anos 90. De forma que o movimento operário, que se reergueu com o esgotamento da ditadura militar e que se projetou nas duas décadas seguintes, não contando com uma direção revolucionária, não teve como levar às massas

camponesas o programa da revolução agrária, que é parte do programa da revolução social. Verifica-se que o retrocesso do movimento camponês coincide com o retrocesso do movimento operário. A CUT que surgiu como organismo de aglutinação de operários, camponeses e classe média urbana empobrecida perdeu esse caráter com o processo de burocratização e estatização.

Da parte do POR, não nos surpreendemos com a colaboração do MST diante do governo Alckmin. Já havia casos nesse sentido, mas sem a dimensão que tem vincular-se à política da direita burguesa, como a do PSDB no estado de São Paulo. Os camponeses e os sem-terra devem rechaçar essa política dos burocratas do MST, que se tornaram profissionais da política burguesa. Os camponeses pobres e os sem-terra devem reerguer a bandeira da aliança operária e camponesa, que no passado serviu ao MST. Os camponeses pobres e os sem-terra devem reconhecer por experiência própria que os assentamentos servem apenas a uma pequena minoria. Devem, também, reconhecer que sobrevivem à mingua. É preciso, portanto, reorganizar a luta no campo, retomar as ocupações, constituir comitês agrários, implantar a democracia nas decisões e formar uma nova direção. A nossa luta é pela libertação dos pobres do campo. O caminho é o da revolução agrária e da constituição de um governo operário e camponês.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Zika vírus - epidemia de responsabilidade do governo

Microcefalia - mutilação do capitalismo

O número de casos de contaminação pelo vírus Zika cresce rapidamente. A projeção do governo é de 500 mil a 1,5 milhões até o fim de 2016. A doença é transmitida pelo mosquito *aedes aegyptis*, que também é agente transmissor da dengue e do chikungunya. No Brasil, os estados mais afetados são os do Nordeste, com destaque para Pernambuco que detém 86% dos casos. O governo federal afirma que o vírus zika está associado à microcefalia. Ao todo há 4.700 suspeitas e 407 casos confirmados de microcefalia. A OMS diz não ter provas definitivas sobre tal associação. Há outros países da América que também notificaram a contaminação pelo vírus: Bolívia, Venezuela, Equador, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México e Haiti. A OMS fala em 4 milhões de afetados em toda a América até o fim do ano.

Ministros de 12 países latino-americanos reuniram-se em Montevideu, onde foi aprovado: 1) obter recursos para combater o vírus zika; 2) trocar experiências sobre bebês com microcefalia; 3) comprar conjuntamente medicamentos. No Brasil, o governo de Dilma tenta “socorrer” com repelentes as 400 mil gestantes inscritas no Programa Bolsa Família e entregar um benefício de R\$ 880,00 à família que tiver uma criança com microcefalia e com renda per capita de até R\$ 220,00. O Ministro da Saúde, Marcelo Castro, anunciou uma força tarefa com 24 mil agentes da saúde, mais o exército e a contribuição de toda a população. Os governos de alguns estados disponibilizaram as Polícias Militares. O do estado do Rio correu a pulverizar os sambódromos, às vésperas do Carnaval. Fala-se na criação de vacina contra o zika.

A proliferação é um fato. Se não fosse grave, os governos nacionais e os organismos internacionais não se teriam posto em ação. Mas, é igualmente um fato que o mosquito transmissor reside em solo brasileiro há 30 anos. Que a saúde pública está arruinada, não há médico, nem medicamento. A recente crise da saúde do Rio de Janeiro é testemunha. É também fato que os casos de microcefalia já existiam antes do zika. Em média, há 150 casos anualmente, cujas causas são várias, incluindo herança genética (casamento consanguíneo) e desnutrição materna durante a gestação.

O ministro Castro afirma categoricamente haver relação entre o vírus zika e a microcefalia, ao mesmo tempo em que acha pura “coincidência geográfica” a área mais atingida ser a do Nordeste. Teria sido mais inteligente ter se absterido de anunciar explicações tão medíocres. Não há nenhuma coincidência. Os bebês com microcefalia são filhos da miséria, tão própria da região nordestina.

Os organismos do imperialismo se mobilizam para comprovar a relação. A sua proliferação poderá avançar para países até então imunes, principalmente para as potências. Foi o que aconteceu com a epidemia do ebola. A OMC se viu na obrigação de agir. É claro que há enormes interesses econômicos por trás da preocupação sanitária e medicinal.

Se comprovado que a microcefalia pode ser desenvolvida

pelo vírus zika, transmitido pelo *aedes aegyptis*, resta o problema da existência do mosquito, que há 30 anos se prolifera livremente diante da inépcia de um governo que nada fez além de campanhas inócuas, que evidentemente não erradicaria as doenças (dengue, zika, chikungunya).

O diferencial é que o PT garantiu acabar com a fome. A mesa de cada família seria servida de “três refeições por dia”. Mas, as crianças nasceram deformadas porque suas mães morriam de fome.

A quem o ministro procura convencer ao afirmar: “vamos ganhar, porque não podemos perder”? Mas o que ganha as famílias pobres além dos míseros 880 reais e um frasco de repelente? Onde fica a dor de uma mãe ao perder um filho, que não resistiu às tamanhas debilidades? Onde fica a dor da família ao ter de criar um filho eternamente dependente? Onde fica o desespero dessa família que não terá as condições mínimas para cuidar dessa criança, uma vez que o Estado não assume a criação social?

Centenas de trabalhadores miseráveis já perderam. A questão é quantos mais perderão. Não há remédio que cure a dor. Mas as massas mutiladas hão de transformar a dor em revolta. Cabe à classe operária erguer-se com seu programa revolucionário sobre a base das trágicas experiências da maioria oprimida.

O pensamento de Castro não está voltado para esses miseráveis. Sua origem piauiense, um dos estados mais pobres do país, não lhe reserva nenhum sentimento complacente com os que sofrem. Mergulhado na política burguesa, só floresce a corrupção de caráter. O ministro teme o

que teme a burguesia, perder milhões advindos do carnaval e principalmente das Olimpíadas. A contenção da epidemia visa a afugentar o medo dos turistas.

Os organismos internacionais estão juntos nessa empreitada. Por isso a OMS declarou não haver riscos para as viagens, em respostas ao crescente cancelamento das passagens aéreas ao Brasil. Não é a saúde da população brasileira que se busca proteger, mas os interesses da burguesia. Não é a toa que nos encontros dos ministros latino-americanos a medida aprovada em relação à microcefalia foi a de “trocar experiências”. O ministro da saúde aproveitou para dizer que é contra o aborto. O governo condena a mãe e a família a arcar com uma criança sem condições de existência mental e livra o Estado da responsabilidade.

As massas devem entender que a proliferação das doenças é de responsabilidade integral da burguesia exploradora, de seu Estado e de seu governo. Dizer que a população no seu conjunto “deve fazer sua parte” do combate ao mosquito, não deixando a tal da “água parada”, é lorota. A dengue, zika, chikungunya se disseminam não é por causa da “água”, mas por que o Estado não cuida do saneamento dos bairros pobres e das favelas. Milhões de famílias sequer tem acesso a água potável. Os esgotos a céu aberto é um atentado à saúde pública.



Essas doenças são manifestações da pobreza do país. O Brasil é de economia relativamente atrasada. Seu desenvolvimento se dá de modo desigual e combinado. Regiões extremamente atrasadas convivem com regiões com alta capacidade produtiva. Isso explica a maior incidência do zika e da microcefalia ser no nordeste. A saúde segue esse caráter desigual e combinado. Nas principais capitais, encontram-se os mais avançados tratamentos, as tecnologias de ponta, os remédios mais modernos estão à disposição de quem pode pagar. Nas regiões atrasadas, a população ainda vive intimamente com as verminoses e nos hospitais públicos se quer há médicos. Mas mesmo nos grandes centros desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, avançam as favelas e com elas as doenças coletivas. No fundo, encontra-se exploração do trabalho e a gigantesca concentração de riqueza nas mãos da minoria.

A saúde dos pobres e miseráveis não será garantida no capitalismo. Os hospitais privados, os grandes laboratórios deverão ser expropriados. O avançado conhecimento clínico deverá ser assimilado pelas massas. A saúde, um elemento vital, será

uma conquista da classe operária, que tem um programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O capitalismo só reserva a barbárie. Nenhum governo no interior do sistema capitalista garantirá a saúde plena. Ao contrário, nota-se que o governo Dilma decidiu fazer cortes orçamentários cada vez mais profundos, que atingem a vida das massas.

É importante não perder de vista o fundamental. A resposta a mais essa tragédia que atinge a população pobre e em particular as mães e as crianças somente virá da luta coletiva, da defesa das reivindicações que de fato se oponham à brutal exploração capitalista do trabalho e elevem a consciência socialista dos explorados. No momento, é preciso que os sindicatos e centrais sindicais constituam uma frente única de mobilização que unifique a maioria contra os ataques do governo e da burguesia. Nesta luta, há que defende o direito ao aborto e que o Estado se responsabilize por todos os casos de microcefalia. Essas reivindicações devem estar vinculadas à reivindicações econômicas e sociais de defesa da vida da população.

Barbárie em Londrina: aparato de guerra e chacina no Estado do Paraná

No final de janeiro, 12 pessoas foram executadas – 9 em Londrina, segunda maior cidade do Estado, e três em Cambé, Arapongas e Iporã, que compõem a região metropolitana. A chacina atingiu homens e mulheres. A matança foi tão chocante, que ganhou notoriedade nacional. A imprensa burguesa, no entanto, noticiou como se de fato a PM do Estado estivesse investigando assassinatos coletivos para descobrir se há relação com a morte de um policial no dia anterior. Mas todos sabem nos bairros onde aconteceram os assassinatos que a PM executou os 11 e feriu mais de 20.

Usando esse pretexto, o governador Beto Richa (PSDB) montou um aparato propagandístico, envolvendo desde o BOPE a helicópteros, que sobrevoaram os bairros mais empobrecidos, aterrorizando a população que ficou ilhada dentro de casa com o toque de recolher da PM e do crime organizado.

O cenário não é favorável para o governador do Estado. Apareceram denúncias de corrupção em seu governo na mesma semana. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o ministério público federal investigam o desvio de recursos destinados à construção de escolas para a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), em 2014.

A chacina se tornou rotina, já que recai sobre a população pobre. É associada sempre pela imprensa ao crime, em certo sentido, justificando-a. Ocorre que tanto os que são vinculados ao crime quanto os que não são vítimas do regime capitalista, que oprime e degrada toda uma parcela da população para quem restam poucas oportunidades sociais de sobrevivência. O verdadeiro dilema do nosso tempo é socialismo ou barbárie, pois a continuidade do capitalismo já nos coloca na barbárie.

A violência policial está disseminada pelo País

A chacina de Londrina fez parte de uma sequência. Em

julho, a PM de Manaus, estado do Amazonas, assassinou 35 pessoas. Em agosto, assassinou 19 em Osasco e Barueri, municípios ligados a São Paulo. Somados, são 60 assassinados entre julho de 2015 e janeiro de 2016. A PM de Londrina pouca importância deu ao fato de 15 policiais de Maus terem sido identificados como pertencentes a uma espécie de “esquadrão da morte” e vários serem presos em São Paulo. Temos afirmado que a barbárie avança com o crescimento da miséria e com ela a violência policial contra a população pobre. A crise econômica tende a potencializar a crise social crônica do capitalismo em

decomposição. Certamente, não há novidade na matança. Nas grandes cidades, ocorre uma espécie de guerra. Constantemente, parte significativa das famílias operárias se desintegra sob o impacto do desemprego, do subemprego e dos salários de fome. Principalmente os jovens, sem nenhuma perspectiva, são atraídos pelo crime organizado ou não. Os bairros pobres e as favelas servem de abrigo ao narcotráfico,

que é um grande negócio burguês. A vida social das massas empobrecidas está inteiramente perpassada por essas relações econômicas “marginais”. Está aí por que é impossível ao Estado e a seu braço repressivo separar a população miserável do fenômeno “marginal” que nasce do regime de exploração do trabalho e que se manifesta nas entranhas das massas barbaramente oprimidas. Não há como os aparatos da burguesia combaterem o crime engendrado pelas relações sociais capitalistas sem criminalizar a pobreza e a miséria. Está aí por que a polícia necessita aterrorizar a população por meio da violência. As recentes três chacinas têm sido explicadas pelas autoridades como resultado de vinganças contra a morte de policiais. Essa ação, no entanto, faz parte da alta letalidade que caracteriza a repressão policial ao crime. Os assassinatos coletivos são típicos de uma força policial que mata diariamente e em grande escala.



Desmantelamento da polícia militar e autodefesa das massas

Governos, porta-vozes da burguesia e “especialistas” em segurança pública explicam as chacinas como consequência da deficiente formação dos policiais. Há quem atribui a má formação aos baixos salários. Os mais ousados denunciam o caráter militar da polícia, impresso pela ditadura. Seguindo essas explicações, as soluções seriam: 1) que o Estado eduque melhor seus policiais de maneira a servir à sociedade e não à corporação; 2) que se estabeleça um padrão salarial que permita aos policiais se separarem da vida do crime e se disporem à educação; 3) abolir o seu caráter militar, democratizando a polícia e aproximando-a da população. Certamente, há outras variantes, mas todas têm um ponto comum: preservar a polícia.

Por incrível que pareça, a mais absurda entre as três explicações é a da democratizar o aparato repressivo, feita pelas correntes reformistas e centristas. Isso por que desconhecem que o caráter militar da polícia corresponde a relações econômicas e sociais concretas. Não há como o Estado e a burguesia governarem o capitalismo em decomposição a não ser pela via da violência. Está aí por que os governos têm reforçado o aparato de repressão, que recai sobre as massas. Afirmamos que os explorados estão diante de um Estado policial.

É preciso, portanto, rechaçar todas as variantes burguesas de educação, humanização e democratização do braço armado da

burguesia. Todas elas servem a objetivos eleitorais e de campanhas políticas burguesas. Desviam a atenção dos explorados de seus reais problemas. Mantêm-nos subordinados à política dos exploradores. A tarefa é a de desmantelar a polícia militar. Não se trata de um objetivo simples e imediato. Não é possível desmorrar o aparato repressivo sem que a classe operária avance em sua luta, conquiste independência política e organize atrás de si a maioria nacional oprimida. Como se vê, a destruição do braço armado da burguesia é parte da revolução social.

Diante das chacinas, do alto índice de letalidade da ação policial e das arbitrariedades, demonstramos que a polícia é um instrumento de poder da burguesia contra as massas. A cada situação, coloca-se a convocação das assembleias populares nos bairros, bem como nos sindicatos e escolas. Defendemos que a luta contra a violência policial é parte da luta contra a pobreza e a miséria; contra a dissolução da família operária e contra o descaminho da juventude para o crime. As respostas aos ataques policiais contra a população tornam-se mais eficazes se estiverem vinculadas às reivindicações de emprego, salário, direitos, saúde e moradia. A organização de movimentos desde as fábricas até os bairros possibilitará a constituição de comitês de autodefesa dos explorados contra a violência policial e a bandidagem. Um passo que seja dado nesse sentido tornará mais próxima a luta pelo fim de todo aparato repressivo da burguesia.

Igualdade de “gênero”, segundo a ONU

Há muito o organismo máximo da burguesia internacional, a ONU, reconhece a discriminação sofrida pelas mulheres. Não há como a burguesia ocultar esse fenômeno social. O que não pode reconhecer é que se trata de uma das manifestações da opressão de classe. Notamos, também, o empenho da ONU em descrever algumas das discriminações mais flagrantes e propor um “programa” para amenizá-las. O que os mais altos representantes da burguesia não podem encarar é o lugar que a mulher ocupa no seio da família, onde se expressa de forma mais acabada a sua escravização.

As desigualdades e as discriminações são consequências da opressão de classe. Está aí por que esse organismo do imperialismo, a ONU, reconhece os efeitos para ocultar as causas.

Em 1946, o Conselho Econômico e Social da ONU criou a Comissão sobre a Situação da Mulher. Fixou como objetivo a “promoção da igualdade e dos direitos das mulheres”. Desde então foram realizadas quatro Conferências mundiais. A primeira, em 1975, no México e a última em 1995, na China. A quarta Conferência é considerada pelos analistas o ponto alto, por ter aprovado a mais “avançada” “Declaração e Plataforma de Ação de Beijing”, que orientaria “governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação”. O avanço estaria em “três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade”.

Eis as definições: “o conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para a compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de

padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade”. “O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo”. “A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental”. Partindo de tais “conceitos”, conclui que: “A ênfase no tratamento da situação da mulher sobre a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados”.

Por trás da pseudo teoria do “gênero”, do objetivo do “empoderamento da mulher” e da orientação aos governos de aplicar a “transversalidade”, espalha-se mundialmente a ideologia imperialista de que a discriminação sofrida pelas mulheres não resulta da sociedade de classes e da consequente opressão de classe. A conclusão de que se trata de “direitos humanos” completa a farsa da pseudo teoria do “gênero”. O complemento “*não apenas* uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais” não passa de retórica para afirmar que não existe opressão de classe sobre a mulher. Se é uma questão de “direitos humanos”, não é opressão de classe. Sem dúvida, todo tipo de discriminação é “decorrente de problemas econômicos e sociais”, direta ou indiretamente. Mas há que reconhecer antes de tudo que os “problemas econômicos e sociais” são reflexos da exploração capitalista do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção e da dominação de classe.

A classe operária e os demais oprimidos e, em particular, as mulheres que lutam conscientemente contra todo tipo de opressão devem rechaçar e combater a pseudo teoria do gênero e seus derivados.

Está prevista da 60ª seção da “Comissão sobre a situação da mulher”. O Brasil, pela primeira vez, presidirá a reunião da Comissão. Em novembro do ano passado, Dilma Rousseff recebeu a representante da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Nguka. Segundo o embaixador brasileiro junto à ONU, Antônio de Aguiar Patriota, o objetivo da ONU Mulher é o de *“auxiliar os Estados na implementação dos compromissos internacionais sobre a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas”*. Em um artigo, “O Brasil e a igualdade de gênero na ONU”, publicado em 28 de dezembro de 2015, explica que a questão da mulher é parte da “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. No seu 5º objetivo, estabelece-se *“a eliminação de toda forma de discriminação e violência contra mulheres e meninas em espaços públicos e privados; o reconhecimento do valor do trabalho doméstico e o compartilhamento da responsabilidade entre homens e mulheres; a igualdade de oportunidades para exercício da liderança feminina em todos os níveis do processo de decisão nas vidas política, econômica e pública; e a promoção de legislação que garanta a igualdade de gênero”*. A questão da discriminação das mulheres é parte da “Agenda 2030”, segundo Patriota, porque o fim da desigualdade de “gênero” contribuiria para a “erradi-

cação da pobreza”.

Somente os inocentes úteis, os de má fé e os empenhados em combater a política revolucionária do proletariado – a maioria das correntes de esquerda centristas e reformistas – assimilam a pseudo teoria do gênero. A impostura do objetivo de erradicar a miséria, obtendo-se a igualdade entre homens e mulheres pela via de políticas públicas e do Estado burguês, é flagrante. No entanto, serve ao movimento feminista burguês e pequeno-burguês para combater a luta revolucionária pela emancipação da mulher. Jamais haverá igualdade entre homens e mulheres no capitalismo, uma vez que as relações de propriedade e a família continuam a determinar as condições sociais de existência das mulheres. Ou a classe operária avança com seu programa revolucionário do qual fazem parte as reivindicações contra a discriminação e o objetivo de emancipação da mulher, ou o capitalismo continuará reproduzindo todo tipo de opressão.

As mulheres oprimidas terão de romper as amarras que a submetem à família, ao patriarcalismo, à religião e à despolitização. Para isso, é necessário que a classe operária vá impondo à burguesia sua independência de classe, por meio da construção do partido revolucionário. Não se pode, portanto, deixar de travar a luta ideológica e prática contra as imposturas burguesas e pequeno-burguesas, como a da pseudo teoria do gênero.

Mais uma vez o congresso do ANDES: O Trabalho e o PSTU

De nada adiantou o Hino da Internacional ser cantado na abertura do 35º Congresso do Andes, o grupo político majoritário dirigido politicamente pelo PSOL, esforçou-se em aprovar bandeiras reformistas e eleitoreiras, negando a luta revolucionária pelo fim do capitalismo.

Não fez isso sem a ajuda dos militantes do PSTU. O 35º Congresso foi de formação de chapas para eleição da nova diretoria do Andes. Sem poder organizar chapa devido a sua situação minoritária, os membros do PSTU, além de defenderem a proporcionalidade nas eleições (analisada no número anterior do Massas), evitou a polêmica com o grupo majoritário no Andes (PSOL), para poder facilitar os acordos de formação de chapa conjunta.

O problema foi que O Trabalho (PT) ganhou a direção da Associação Docente do Rio de Janeiro e apareceu no Congresso como uma força política. O PSTU aproveitou-se do receio da disputa entre PSOL e PT pela direção do Andes e pressionou por um acordo de união com o PSOL contra a possível chapa do PT/O Trabalho. Esse é o motivo da chapa chamar-se “Unidade na Luta”. É a unidade dos centristas e reformistas contra os governistas (O Trabalho/PT) que não tinham nenhuma possibilidade de vencer. Por essa postura do PSTU, o Congresso perdeu em disputas políticas devido à conciliação oportunista e aparelhista. A postura de uma militante do PSTU é ilustrativa disso: substituída pela direção de seu sindicato (PSOL) da condição de delegada para ouvinte arbitrariamente, já que foi eleita na assembléia de base, evitou a discussão no Congresso com o PSOL para

não dificultar a união oportunista, mas afirmou que quando chegasse na base denunciaria a postura antidemocrática do seu aliado (?).

Já O Trabalho (PT) demonstrou todo seu oportunismo e governismo. Primeiro, defendeu a entrada do Andes na Frente Brasil sem Medo, quinta coluna de defesa do governo burguês de Dilma (PT/PMDB/PCdoB), com o argumento de lutar contra o golpe institucional da direita burguesa que quer o impeachment. Ou seja, O Trabalho/PT queria colocar o sindicato dos docentes universitários por trás de uma das frações da burguesia brasileira.

Depois, O Trabalho (PT) apareceu com um manifesto fundando um coletivo denominado Renova Andes. Não conseguiu formar a chapa. A eleição do Andes terá chapa única. O Trabalho (PT) com essa postura fortaleceu a despolitização que reina entre os docentes universitários escondendo a sua filiação política atrás de um coletivo e, o que é igualmente criticável, escreveu em seu manifesto que cerca de sete associações docentes assinavam seu manifesto, quando, na verdade, os grupos políticos majoritários dessas associações negaram em plenário a assinatura do Manifesto, o que foi taxado pelos psolistas de texto apócrifo.

É preciso libertar-se politicamente desses grupos políticos e construir a fração revolucionária. Do contrário, o Andes não conseguirá constituir-se em um instrumento capaz de combater a política de desmonte das universidades brasileiras patrocinadas pelos governos burgueses estaduais, municipais e federal.

Balanço do movimento estudantil da UFRN

Na UFRN, a burocracia universitária (reitoria) tem demonstrado ser uma correia de transmissão da política do governo federal, dando continuidade à política de contingenciamento, a partir da administração dos cortes de gastos nos diversos setores da universidade. Prova disso foi o corte de 3,5 milhões no orçamento do PNAES (assistência estudantil), que ameaça diretamente as condições de permanência do estudante na universidade, como as bolsas de apoio técnico, os auxílios, os restaurantes e residências universitárias, etc.

Além disso, a burocracia universitária, que é parte do ordenamento político-institucional do Estado burguês, tem avançado com sua política de repressão contra os estudantes que se levantam colocando a defesa de suas condições de permanência e ensino, utilizando do seu aparato repressivo (guardas patrimoniais, câmeras, segurança privada) para reprimir, além de aplicar processos administrativos e também judiciais, de modo a tentar calar o movimento estudantil do seu legítimo direito de se manifestar e colocar as suas reivindicações. Ainda, tem realizado uma verdadeira campanha de perseguição aos trabalhadores ambulantes.

Somado a isso, a direção majoritária do DCE (JPT) impediu o de servir como instrumento dos estudantes para a luta por suas reivindicações. Tem descartado chamar as assembleias de base, sob o argumento de “esvaziamento”, o que em grande medida é fruto da incipiente mobilização, diferentemente da época de eleição. No lugar de tornar o DCE como um instrumento para conquistar as reivindicações, adotou uma política colaboracionista, desprezando a via da mobilização e organização dos estudantes para a ação direta e colocando em primeiro plano a via institucional da negociação com a reitoria. Com essa política, a direção majoritária do DCE (JPT) tem levado o movimento estudantil a consecutivas derrotas.

Ambulantes e ônibus circular: lutas desviadas pela política colaboracionista

A reitoria iniciou o semestre com notificações aos ambulantes para que se retirassem, alegando que estavam em situação irregular. Com isso, se utilizando dos mecanismos que o Estado burguês oferece para legitimar a sua autocracia, a reitoria atenta contra a autonomia universitária, contra o direito dos que estudam e trabalham decidir sobre o funcionamento dos espaços da universidade.

A direção majoritária do DCE (JPT), apesar de ter feito abaixo-assinado, chamado um ato na reitoria (praticamente sem mobilização) e realizado uma feira gastronômica, não organizou, de fato, a luta pela base a partir do método da ação direta. Frente à atitude da reitoria, assumiu a defesa da regulamentação dos ambulantes, além de ter criado, junto com a reitoria, um Grupo de Trabalho paritário, para discutir alternativas de regulamentação dos ambulantes, sem que a reitoria tivesse retirado as notificações, evidenciando, assim, sua política colaboracionista, que desarmou o movimento estudantil da necessidade de se organizar pela defesa dos ambulantes, exigindo o fim de qualquer medida de expulsão, o que distraiu os estudantes para ter esperanças na via institucional da reitoria.

Avaliamos que a reitoria tem patrocinado um processo de privatização dos espaços da universidade, e, em particular, dos espaços de alimentação, com a terceirização do serviço do RU (SAFE) e a abertura de licitações para as cantinas. Ainda, não

tem garantido as condições de permanência dos estudantes, com a existência de altos preços e um serviço que não atende às necessidades. Os ambulantes que encontram uma alternativa de sobrevivência no trabalho informal servem de alternativa aos estudantes diante das cantinas. Assim, aparecem como um entrave ao consórcio da reitoria com os empresários da alimentação. A atitude da reitoria de querer expulsar os ambulantes não resolve o problema nem dos ambulantes nem dos estudantes, apenas protege os interesses comerciais das cantinas.

Avaliamos também que a posição da regulamentação não contribui para a superação do trabalho informal, visto que o problema não está em os ambulantes serem regulamentados ou não, de participarem das licitações ou não, mas sim no fato de estes estarem privados do seu direito mais elementar, que é o direito ao emprego e a um salário que garanta o atendimento das necessidades de suas famílias. A sua expulsão ou regulamentação não irá dar passo algum no caminho da solução dos seus problemas.

Diante disso, levantamos a bandeira de “Contra a expulsão dos ambulantes. Nada de Regulamentação!”, e pela superação do problema do trabalho informal com a defesa do direito do emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho) e do salário mínimo vital. Com relação às cantinas, defendemos o “Fim de cantinas privadas e licitações”, e “Que a assembleia geral universitária (professores, estudantes e funcionários) decida sobre seu funcionamento”. Colocamos a necessidade de realizar a defesa da permanência dos ambulantes, pela ação direta.

Quanto ao ônibus circular, o semestre se iniciou com a retirada arbitrária dos ônibus após as 22h, sendo que o serviço sequer atendia a demanda antes disso. A direção majoritária (JPT), ao invés de organizar os estudantes para lutar pelo aumento da frota e da periodicidade das circulares, sem restrição de turno (bandeira que defendemos), colocaram em primeiro plano uma “audiência”, que na verdade foi uma mesa de negociação com a reitoria e a STTU, que resultou em uma frota reduzida no final da noite, o que foi colocado como uma vitória. Na verdade, o movimento estudantil foi novamente derrotado, com a ajuda da política colaboracionista da JPT, não havendo qualquer tipo de luta, e mantendo uma situação até pior do que anterior à retirada dos ônibus, que já não era satisfatória, com ônibus cada vez mais lotados e estudantes que ficam nas paradas por não conseguirem entrar, à medida que cada vez mais aumenta o contingente de estudantes na UFRN, e a frota se mantém praticamente a mesma.

Direção majoritária do DCE (JPT) abandonou a luta contra o corte do PNAES

Ao ser votado o orçamento do PNAES, com corte de 3,5 milhões, na reunião do CONSAD, muito demorou para que o DCE tomasse a atitude de chamar uma assembleia estudantil, cerca de um mês depois, para discutir essa questão. A assembleia foi pouco mobilizada, praticamente sendo chamada pela direção a partir das redes sociais. Dela, tirou-se um ato na próxima reunião do CONSAD, além de uma audiência com a reitoria sobre o corte.

Na audiência, demonstrou-se que a reitoria não passa de uma correia de transmissão das medidas do governo. O pró-reitor de assuntos estudantis, que estava representando a reitoria, deixou claro que “diante dos recursos que são mandados pelo governo, eles - a reitoria - tinham o dever de administrar essas

verbas”, o que significa a aplicação dos cortes na UFRN.

Para o ato no CONSAD, a direção majoritária do DCE (JPT) colocava a necessidade de se exigir a rediscussão e votação do orçamento, sob o argumento de que, quando foi votado, não havia nenhum representante discente. E essa foi a orientação que tomou o ato. Porém, quanto o movimento já estava no CONSAD, os estudantes ao reivindicarem que fosse recolocado em discussão o orçamento do PNAES, a reitoria, em um ato intransigente, imediatamente encerrou a reunião e toda a burocracia se retirou.

Além do corte do PNAES, iria ser discutido no CONSAD o processo contra os guardas patrimoniais que agrediram o estudante de ciências sociais há um ano. A direção majoritária defendeu que “os agressores sejam devidamente responsabilizados, em defesa do estudante”. Nós da *Corrente Proletária Estudantil* colocamos que a punição individual não ia resolver o problema da repressão e escondia de onde vinha essa política repressiva. Portanto, tratava-se de responsabilizar a reitoria pela agressão, por colocar em prática uma política repressiva, e se colocar pelo fim do aparato repressivo da reitoria.

O ato finalizou com uma plenária no local, onde foi tirado o encaminhamento de chamar uma próxima assembleia unicamente para decidir sobre o posicionamento dos representantes estudantis na próxima reunião do CONSAD. Defendemos que era importante que os representantes estudantis dos colegiados superiores se submetessem às decisões da assembleia, que é a instância superior do DCE, pois se trata do método da democracia operária. Porém, chamar uma assembleia estudantil somente para decidir sobre o posicionamento dos representantes estudantis demonstra uma ilusão de que será pela via de uma disputa na reunião do CONSAD que conseguiremos combater a política de contingenciamento da reitoria. Intervimos denunciando o CONSAD como órgão da burocracia universitária, que tem aplicado os cortes na universidade e, por isso, não se tratava de confiar nesse órgão antidemocrático, mas sim nas nossas próprias forças, pelo método da ação direta, mobilizando-se para exigir não a rediscussão e votação do orçamento, mas sim a revogação imediata do corte no PNAES.

A direção majoritária do DCE terminou por abandonar a luta. A assembleia sequer foi chamada. A política colaboracionista da JPT de rediscutir o corte, sem negá-lo por completo, e o método da via institucional de tentar inviabilizar o corte por métodos administrativos (a não presença do representante discente na votação) explicam o seu desprezo pela organização da luta pela base e a consequente derrota da luta e consolidação do corte.

Reitoria avança com a sua política de repressão

No final de outubro, a reitoria comunicou a suspensão por 20 dias de 5 estudantes que participaram de uma intervenção no RU, no semestre anterior, alegando que estavam “perturbando o andamento normal dos trabalhos escolares ou administrativos”. A intervenção veio em repúdio à instalação de duas catracas enormes na entrada e uma na saída, o que gerou uma situação calamitosa de gigantescas filas, onde os estudantes passavam um tempão para almoçar, fazendo com que muitos estudantes deixassem de almoçar no RU por estarem inclusive chegando atrasados nas suas aulas.

Avaliamos que essa ação era mais um resultado da política de repressão da reitoria ao movimento estudantil. Colocamos que se tratava de organizar a defesa política coletiva dos processados/condenados como parte da luta contra a repressão da

reitoria e em defesa das condições de ensino e permanência, exigindo a revogação imediata da punição aos cinco estudantes e o fim de todos os processos, sindicâncias e quaisquer instrumentos de perseguição política aos (as) estudantes.

A direção majoritária do DCE (JPT), pelo contrário, não tem organizado a luta política coletiva contra os processos, e colocou a via institucional em primeiro plano, chegando a cancelar o ato que organizaria a defesa coletiva contra a repressão, sob a justificativa de que dois dos cinco condenados entraram com um recurso jurídico/administrativo para reverter as condenações. Ao invés da organização dos estudantes pela base para a ação direta, colocou como saída tentar convencer os diretores de centro, com a ajuda dos CAs, para que votassem a favor do recurso na reunião do CONSAD. Com essa orientação, criaram-se ilusões nos condenados e no movimento estudantil em geral na via institucional do CONSAD, tratando os processos não como um ataque geral ao movimento que se levanta pelas suas reivindicações, mas sim como casos individuais, mantendo isolados os vários estudantes que ainda respondem a processos e inclusive isolando os outros 3 estudantes que sequer entraram com recurso. Dessa forma, desarmou o movimento frente à reitoria, e abriu caminho para que esta continue com sua política de repressão.

Logo em seguida a isso, a reitoria avança na sua campanha de perseguição aos ambulantes, entrando com um processo judicial e com uma operação da Polícia Federal, articulada com o Departamento de Segurança Patrimonial da UFRN, em que um contingente entre dez a vinte policiais percorreram os setores de aula abordando e retirando alguns ambulantes.

No mesmo dia, os CAs do setor II chamam uma plenária do “Coletivo Autônomo do Setor II” para discutir sobre o acontecido, que acabou contando com a presença de estudantes também de outros setores, o que evidenciou a posição errada da direção do DCE de descartar as assembleias, como forma de unir os poucos e fragmentados estudantes que se encontram dissolvidos nos setores e cursos e que estão dispostos a organizar a luta. Na plenária, foi tirado um ato de vigília aos ambulantes.

A *Corrente Proletária Estudantil* defendeu que era importante o ato em vigília, mas que não podíamos nos limitar apenas a isso. Era necessário chamar um ato para exigir a retirada imediata dos processos judiciais e das notificações de expulsão dos ambulantes. Ainda, colocamos que os estudantes processados, assim como os ambulantes, eram vítimas da política de repressão da reitoria, e que se fazia necessário constituir um **Comitê Contra a Repressão**, para organizar a defesa política coletiva dos perseguidos.

A direção majoritária do DCE se contrapôs ao **Comitê Contra a Repressão**, colocando a proposta de retomar o Grupo de Trabalho Paritário (GT). Ainda, propôs que a decisão de realização do ato fosse levada ao CEB que se estava pretendendo chamar, e não ser decidido logo naquela plenária, o que foi acatado pelos estudantes. Ao transferir-se a decisão para o CEB, impediu-se que os estudantes dessem uma resposta imediata, e se acabou desmobilizando, também pelo fato de que adiava a resposta para o final do semestre. Ao se descartar o ato, impediu-se que o **Comitê Contra a Repressão** pudesse ganhar concretude. Ainda, chamar o CEB fazia parte da tática de, junto com os CAs, de tentar convencer os diretores de centro a acatar o recurso dos dois estudantes condenados.

No CEB, os dois encaminhamentos principais foram uma feira gastronômica no estacionamento da reitoria, seguida por um ato político na reitoria contra a expulsão dos ambulantes (o

que nós pressionamos para que houvesse), e o encaminhamento de convencimento aos diretores de centro para a reunião do CONSAD.

O ato da reitoria acabou tendo o formato de uma audiência, com alguns representantes da reitoria. Nesse momento, a direção majoritária do DCE (JPT) foi às últimas consequências com sua política colaboracionista: propôs o restabelecimento do GT paritário, com objetivo de discutir a regulamentação dos ambulantes, o que a reitoria concordou. Porém, ao perguntar da garantia da permanência dos ambulantes, a reitoria respondeu que não havia nenhuma garantia que eles pudessem ficar no próximo semestre. A JPT questionou a contradição em a reitoria aceitar o GT paritário, mas ao mesmo tempo não garantir a permanência dos ambulantes. Na verdade, o erro da JPT esteve em colocar o GT paritário como a solução para se conseguir a permanência dos ambulantes, o que desarmou o movimento estudantil em prol da via institucional. Quanto aos estudantes condenados, além de se ter individualizado os processos e isolado os outros condenados, além dos vários estudantes que ainda respondem a processos, sequer o recurso dos dois estudantes foi aceito pelo CONSAD, o que mostra mais um exemplo do fracasso da política de conciliação, que foi levada às últimas consequências com a tática de convencimento dos diretores de centro.

Os últimos acontecimentos são resultado da não organização dos estudantes pela base, a partir das suas reivindicações, pelo método da ação direta, e de ter privilegiado a via institucional. *A experiência dos estudantes com a política de colaboração da direção estudantil com a burocracia universitária mostra que não há como enfrentar os problemas a não ser com reivindicações claras e com os métodos da ação coletiva.*

Direção minoritária do DCE (PSTU/PSOL) não serviu para alavancar a luta

A direção minoritária do DCE (PSTU/PSOL), apesar de ter conquistado quase metade dos diretores do DCE, o que representa certo respaldo político, não serviu como contraponto à política governista, de colaboração e conciliação da JPT. Não utilizou o fato de fazer parte da direção do DCE para pressionar a direção para que o DCE de fato servisse aos estudantes na luta por suas reivindicações. Isso mostra que toda aquela movimentação nas eleições não estava ligada, de forma consequente, à mobilização dos estudantes pela base, mas apenas para a disputa aparelhista em torno da direção do DCE. Como não conquistou maioria e o centrismo do PSTU e reformismo do PSOL não são consequentes na luta pelas reivindicações, a direção minoritária abandonou a tarefa de realizar a luta política no interior da direção do DCE. Não é à toa que o PSTU se posicionou a favor do fim da proporcionalidade na direção. Lembremos que o PSTU defende a proporcionalidade apenas quando lhe ajuda em seu arrivismo aparelhista.

Com relação à expulsão dos ambulantes pela reitoria, defendeu a bandeira “Não ao monopólio das cantinas, não à licitação corrupta! Não à criminalização de trabalhadores! Pela regulamentação imediata de todos os ambulantes! Nenhum ambulante removido!”, mas não travou um combate contra o GT paritário da reitoria e à política de colaboração e conciliação da JPT, nem ao processo de privatização dos espaços de alimentação, uma vez que não se colocou claramente pelo fim das licitações e das cantinas privadas. A exceção foi a Nova Práxis, corrente interna ao PSOL, que defendeu, na assembleia de agosto, uma posição contrária à regulamentação.

No decorrer do semestre, a direção minoritária foi se dispersando. As correntes que a compunham passaram a participar dos acontecimentos não como uma frente de oposição, mas de forma individual, não expressando, de fato, um posicionamento sobre os acontecimentos.

Perspectivas do movimento estudantil da UFRN para o próximo período

Temos como uma das principais lições o fracasso que é a política de conciliação e colaboração colocada em prática pela direção majoritária (JPT), que desarmou o movimento estudantil frente aos ataques da reitoria, levando os estudantes a confiarem não nas suas próprias forças, de auto-organização e mobilização, mas sim nas negociações com a reitoria, colocando até como se fossem estas que possibilitaram alguns recuos momentâneos da reitoria, para depois atacar com mais força, como é o caso dos ambulantes. Outra coisa que foi demonstrada no decorrer desse processo é que não podemos confiar na farsa que é o CONSAD, órgão da burocracia universitária, que não expressa os interesses da comunidade universitária e dos estudantes em particular, mas sim da casta burocrática, formada principalmente por uma minoria dos professores, que governa em favor dos seus interesses e aplica as políticas do Estado burguês na universidade.

Os ataques que a reitoria vem realizando às condições de ensino na UFRN, e em particular à permanência estudantil é parte de um quadro geral de ataques às condições de vida das massas pelo Estado burguês. A reitoria tem o papel de servir de correia de transmissão dessa política na UFRN. A atitude de expulsar os ambulantes, à medida que sucateia o RU, terceiriza sua administração e privatiza as cantinas por licitações, obrigando os estudantes a se submeterem a esse consórcio, sem resolver o problema da alimentação, é parte do processo geral de sucateamento do ensino público e mercantilização da educação. O corte no PNAES nada mais é do que a aplicação da política de cortes do governo Dilma na UFRN. Os vários processos administrativos e jurídicos, assim como a recente condenação aos estudantes, é parte do avanço da política de repressão do Estado burguês, como é o caso da Lei Antiterrorismo.

Cabe ao movimento estudantil da UFRN rechaçar a política de conciliação e colaboração, e organizar a o movimento pela base, construindo uma pauta de reivindicações que expresse as necessidades imediatas da juventude, e que vá contra a política de cortes e de sucateamento, privatização e mercantilização do ensino, a partir do método da democracia operária e da ação direta.

Os processos aos estudantes não devem ser encarados como casos individuais, mas sim como um ataque ao conjunto do movimento. A defesa dos processados é de responsabilidade de todo o movimento. A reitoria tem usado os processos para enfraquecer o movimento, intimidando e forçando os estudantes a abandonarem a luta por suas reivindicações. *Cabe ao movimento organizar a defesa política coletiva dos processados, não alimentando ilusões na justiça burguesa e na burocracia universitária, e ligar a luta contra a repressão com as reivindicações e métodos próprios de luta dos explorados.*

Por fim, é parte desse processo a **construção de uma direção revolucionária**, que encarne essas tarefas e de fato torne o DCE uma ferramenta dos estudantes para a conquista de suas reivindicações e no combate contra a política burguesa aplicada na universidade pela burocracia universitária (reitoria). É fundamental, nesse sentido, fortalecer a Corrente Proletária Estudantil e avançar a construção do Partido Operário Revolucionário (POR).

Balanço da greve da UERN

A greve da UERN foi derrotada. A comunidade universitária não conseguiu arrancar do governo a sua pauta de reivindicações e, conseqüentemente, o auxílio proposto pelo Robinson Farias (PSD) foi rejeitado pelos docentes.

A direção atual da Aduern (“independentes”, alguns dissidentes do PT e PCdoB) e a maioria do Comando de Greve não entenderam o que significava lutar contra o “ajuste fiscal” do governo. A burguesia está decidida e unida através dos seus governos, tanto estadual quanto federal, em descarregar a crise capitalista sobre os ombros dos trabalhadores. Ela não tem outra saída. O arrocho salarial faz parte dessa política. Nesse sentido, para vencer o governo do Estado a greve da UERN teria que unir forças com todo o funcionalismo estadual através da ação direta (ocupações, piquetes, etc) e ampliar a greve para os setores da produção. Assim teríamos uma chance de vencer o governo.

A direção anterior da Aduern (PT e “independentes”) que iniciou a greve, abraçou a proposta das audiências públicas. Ou seja, o método da pressão parlamentar. A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) agregou a essa proposta a antecedência de atos públicos. Em Natal foi com a saúde, em Caicó com os servidores federais, em Pau dos Ferros a passeata foi massiva. O sucesso foi tão grande em Natal da proposta que o Comando de Greve incorporou a ideia. Soma-se a isso a fragilidade da direção da Aduern influenciada politicamente pelos docentes do PT que iniciou e terminou a greve com dois diretores (o presidente do PT e um “independente”).

A fragilidade da direção da Aduern que iniciou a greve e o distanciamento dos docentes do PT e PCdoB que formaria no futuro, ainda durante a greve, a chapa eleita para a direção da Aduern, tornou o Comando de Greve suscetível a pressão da base e assim fortaleceu as propostas da CPE/POR.

O que se seguiu em diante na greve representou o momento por que passa a categoria docente da UERN. A direção que sucedeu os petistas na Aduern procurou distancia de seus antigos aliados. O problema foi que o PT apoiou fortemente o governo, Mineiro/PT (deputado estadual) era líder do governo, Fátima Bezerra/PT (senadora) foi a grande articuladora da vitória do governo, que podemos dizer que chancelou o governo com o seu nome e força política no Estado. A base não poupou críticas ao PT, Mineiro e Fátima, pelo não cumprimento pelo governo do acordo com os docentes feitos no ano anterior. O atual governador era vice do governo anterior. A direção da Aduern atual não aceitou membros do PT e PCdoB em sua chapa, ela é formada pelos dissidentes do PT e PCdoB e os “independentes”. Com esse sentimento, a direção atual da Aduern juntamente com o Comando de Greve, ficaram suscetíveis as propostas mais radicalizadas, que tomavam corpo na categoria e entre os estudantes. (o PCdoB na UERN encontra-se completamente desarticulado. Perdeu militantes para a administração da UERN e outros não são mais “orgânicos”, como eles mesmos dizem.).

Mas a tentativa de se distanciar dos petistas não foi completa. A direção atual da Aduern seguiu a política da pressão “por cima”, escondida sob o rótulo de sociedade civil. A sociedade civil para os dissidentes do PT e PCdoB e “independentes” da direção da Aduern e maioria do Comando de Greve significa

os padres e bispos da cidade, a maçonaria, os ex-reitores e toda cambada representante da ideologia burguesa. Os sindicatos e centrais encontram-se de fora. A CPE/POR elaborou a proposta de procurar os sindicatos e centrais, inclusive aprovada em assembleia de base, mas o Comando se transformou em letra morta.

O problema da ocupação foi bastante ilustrativo da situação. A primeira direção (PT e “independentes”) transformou a proposta aprovada em assembleia de base em algo vazio. À ocupação da governadoria pela saúde, a direção da Aduern e a maioria do Comando de Greve não compreenderam a necessidade de somar forças.

Mas, em virtude da continuidade da greve, a segunda direção da Aduern (dissidentes do PT e PCdoB e “independentes”) e o Comando de Greve passaram a se sentir pressionados em realizá-la. Porém, a ocupação só foi aprovada no Comando de Greve quando o movimento estava perto do fim. Mesmo assim, por duas vezes o presidente atual da Aduern desarticulou a sua realização com o apoio da direção e maioria do Comando.

O presidente da Aduern, a sua direção e a maioria do Comando de Greve demonstrou estar a procura de um caminho independente do PT e PCdoB. Seu presidente atual, inclusive, votou a favor de encaminhar a ocupação no Comando de Greve quando a proposta foi aprovada por 16X04 e 05 abstenções. Porém, como os dissidentes não realizam um balanço político rigoroso dos motivos políticos que conduziram o PT e PCdoB para os braços da burguesia, esses docentes não completam o caminho. Rompem com o PT e PCdoB mas não mudam o fundamental de sua política anterior. Por isso, não acreditamos que o presidente atual da Aduern atuou de maneira premeditada em boicotar a realização da ocupação, mas demonstrou, junto com a direção atual da Aduern e a maioria do Comando de Greve, vacilarem diante da proposta de realização da ação direta. Não incorporaram ainda que a greve do funcionalismo público não tem outra saída. Cada vez mais os governos endurecem e a crise capitalista os tornam mais intransigentes.

A ocupação no momento em que a saúde estava na governadoria, teria sido fundamental para tentar mudar o resultado futuro da greve. Depois que a saúde saiu da governadoria, não podemos afirmar que a ocupação pelos docentes da UERN ou a sua comunidade, poderia vencer o governo. Provavelmente não. Mas com certeza obrigaria o governo a pagar um preço político caríssimo se quisesse derrotar o movimento.

No momento em que a direção atual da Aduern quer manter ao seu redor os docentes que estavam no Comando de Greve, transformando-o em Comando de Mobilização, sob a alegação de continuar o processo de organização política da categoria, é importante entender qual é a tarefa. É preciso aumentar a participação da base ao redor do sindicato, unir as categorias do funcionalismo estadual sincronizando as suas greves em um movimento unificado, utilizar a ação direta no início do movimento e ampliar a luta para a união com os setores da produção (classe operária). Sem essa compreensão, que significa entender porque a greve foi derrotada, não é possível ter uma chance contra o governo ou governos e a CPE/POR não comporá um Comando de Mobilização que não esteja pela

A pouca participação estudantil

Quase uma semana antes da assembléia docente que iniciaria o processo de luta da categoria da UERN, ocorreu o Coneuern (Congresso de Estudantes da UERN). A Corrente Proletária Estudantil (CPE/POR), junto com os estudantes que compomos chapa para a direção do DCE fizemos de tudo, na direção do DCE e no CEB (Conselho de Entidades de Base), para a transformação do Coneuern em fórum de discussão estudantil sobre suas pautas de reivindicações, preparando a luta em conjunto com docentes e técnicos administrativos na greve futura. Porém, não tivemos sucesso. O máximo que conseguimos foi uma mesa de discussão sobre nossa coordenação, onde tentávamos realizar essa discussão, mas que foi sabotada pela direção majoritária do DCE, dificultando sua realização com participação massiva dos estudantes.

A direção majoritária do DCE (Juventude do PT) impediu a preparação política dos estudantes para a luta através do Coneuern, definindo temas completamente distracionistas em relação a situação imediata vivida pelos estudantes. E a única mesa que poderia discutir isso, ela sabotou, tentando modificar o horário e data da mesa e, depois, colocando uma discussão com o deputado Estadual Mineiro (PT) no mesmo horário e dia da mesa coordenada pela direção minoritária do DCE (CPE e aliados). A JPT fez isso porque queria impedir a organização estudantil pelas suas reivindicações entrasse em choque com o seu governo (Robinson Farias/PSD/PCdoB/PT).

Com a greve deflagrada, a CPE/POR respondeu com atraso o que fazer para contribuir para a organização estudantil e o

avanço da luta por suas reivindicações. Passado esse momento curto, a CPE juntou-se com seus aliados de chapa e foram aos jornais locais da cidade declarar seu apoio a greve docente-técnico e convocar os estudantes para sua organização. Somamos com o Comando Estudantil que se reunia na Praça e com os estudantes de medicina que organizaram manifestações de rua. Tentamos dar uma forma organizativa e fortalecer o esclarecimento sobre uma pauta de reivindicações, mas o fato de sermos minoria na entidade do DCE e a atuação da JPT aliada dos estudantes filiados a UJS/PCdoB nas reuniões estudantis, criou obstáculos que não conseguimos superar.

As divergências com o estudante organizado na LSR/PSOL também ajudaram na confusão política entre os estudantes impedindo o avanço da luta. A LSR/PSOL não compreendeu quem era o adversário mais importante e, mesmo na ausência dos estudantes do PT e PCdoB, atacava os estudantes da CPE/POR confundindo os poucos estudantes de base que compareciam. Dessa forma, a organização estudantil foi definhando até o seu falecimento.

Conclusão

Tanto entre os estudantes quanto entre os docentes, as categorias demonstraram disposição para a luta. Seja no surgimento de estudantes de base dispostos a luta, mesmo sem a sua Entidade (DCE) convocar, seja na aprovação das ideias radicalizadas entre os docentes apresentadas pela CPE/POR. O que faltou foi uma direção capaz de dar evasão a essa disposição. Isso demonstra a necessidade de constituirmos as frações revolucionárias nestes setores para varrer com o “reformismo” do PT e PCdoB e avançar na luta pelas reivindicações dos trabalhadores.

Extraído do boletim da Corrente Proletária Estudantil, Londrina, Fevereiro de 2016

Reorganizar o movimento estudantil sob a bandeira de Governo Tripartite

O Diretório Central dos Estudantes está sem direção. O movimento estudantil, mesmo depois das mobilizações do ano passado, continua disperso e sem intervir na vida da universidade. Os ataques aos estudantes vão se acirrar. O aumento do preço das refeições no Restaurante Universitário é só uma amostra do que vem por aí, pois o governo está decidido a liquidar com o ensino público e gratuito. É preciso retomar a organização estudantil para enfrentar o governo e a reitoria.

Nas três últimas tentativas de realizar o Conselho Deliberativo para encaminhar as eleições do DCE, pouquíssimos estudantes compareceram. Até agora não se organizou o Congresso que foi deliberado nas assembleias da greve do ano passado. Não existe um jornal do DCE, o conselho de centros acadêmicos não se reúne, e diversas comissões que deveriam ter participação estudantil estão sem ela.

Esse marasmo, é o reflexo da profunda crise de direção do DCE-UEL. As gestões passadas, primeiro dirigida pela linha política da União da Juventude Socialista (UJS), seguida pela gestão do PSDB, afundaram a autonomia da organização estudantil. Na sequência, a chapa “necessidade, vontade”, composta pelo PSOL, PSTU e LEVANTE POPULAR evitaram a diferenciação política necessária para enfrentar o problema da autonomia do ME.

O Levante porque orbita nas franjas do PT e da UNE, o

PSOL e o PSTU, oportunistamente esconderam seus programas para compor com o Levante não se definindo nem a favor nem contra do governo e nem defenderam o ANEL para não melindrar a Consulta que defende a UNE. Evitaram o embate político para não atrapalhar sua política eleitoreira, pois precisavam dos votos da pequena-burguesia.

Ao primeiro embate, o PSOL e PSTU debandaram, deixando o campo livre para a política de colaboração do Levante e suas atividades festivas semi anarquistas e reformistas. A Corrente Proletária que participou das assembleias de constituição da chapa defendeu a necessidade de um claro programa de autonomia do ME com relação à burocracia universitária e de oposição aos governos do estado e federal como premissa para se estruturar um poderoso movimento estudantil e varrer a influência do governismo na UEL. A greve encontrou o ME da UEL desorganizado e por isso foi a reboque da greve do funcionalismo, reagindo empiricamente, mas sem rumo.

A corrente proletária estudantil defende que a reorganização do movimento estudantil exige a discussão de um claro programa de enfrentamento ao governo federal e estadual, defesa da escola pública e gratuita o que significa levantar os estudantes contra a burocracia universitária, braço do governo. Por isso chama os estudantes e as vanguardas a debater a bandeira do Governo Tripartite.

Rio Grande do Norte**Governo do RN descarrega crise sobre o funcionalismo**

O governo Robinson de Farias (PSD/PCdoB/PT) está descarregando a crise do sistema capitalista sobre os explorados. No fim do mês de janeiro, o governo anunciou atraso no pagamento dos salários do funcionalismo estadual. O pagamento que seria feito nos dias finais do mês, agora seria pago no quinto dia útil de fevereiro.

O Fórum dos Servidores Estaduais, que reúne os principais sindicatos do funcionalismo estadual, rapidamente respondeu ao ataque do governador. Na sexta-feira do dia 29 de janeiro se reuniram e convocaram um ato para o dia 02 de fevereiro, uma terça-feira, dia de pronunciamento da mensagem do governador na Assembleia Legislativa.

Cerca de 30 a 50 assalariados entre as categorias da saúde, oposição a direção estadual do Sinte, terceirizados e Sinai (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Indireta) responderam a convocação e se manifestaram contra o atraso dos salários. A entrada dos servidores públicos na Assembleia Legislativa foi dificultada, inviabilizando manifestação pública dentro do Plenário, onde o governador iria ler sua mensagem anual. A pouca participação da base se deu devido ao pouco tempo para a mobilização.

O destaque da manifestação está para as denúncias dos terceirizados da saúde de suas condições de trabalho. Pressão e perseguição política são a tônica desses assalariados de condições de trabalho precarizados e de negação dos seus direitos.

Outro foi a postura de um dos diretores do Sinai, membro do PSOL, que desejava atender ao “pedido” da polícia de não se manifestar enquanto o governador estivesse fazendo a “revista da guarda” oficial. Evidentemente que os funcionários públicos sem salários não atenderam, ao que foi acompanhado da direção do Sindsaud membros do PSTU, vaiando Robinson Farias (PSD). Essa situação é característica das contradições internas do Fórum.

Por fim, no momento em que o deputado estadual Kelps se aproximou, a presidenta do Sindsp (Sindicato dos Servidores Públicos) anunciou no carro de som que era o único deputado que os assalariados podiam contar. Todos os presentes repudiaram a atitude do membro da direção do Sindsp.

Kelps é o deputado estadual dos empresários dos transportes coletivos. Quando secretário municipal, agiu como defensor dos interesses desses empresários capitalistas, ao que ganhou deles o mandato de deputado estadual. Não é, de forma alguma, um deputado com quem os assalariados podem contar.

O Sindsp é um sindicato que tenta agrupar os asgs e técnico administrativos da educação. A Janieiry Souto, membro do PT, criou esse sindicato como uma tentativa de cindir a base do Sinte, também dirigido pelo PT. Trata-se de uma disputa de influência aparelhista. Como o grupo político de Janieiry perdeu espaço no Sinte, ela criou um sindicato novinho em folha para si.

Balanco do ato na reunião do fórum dos servidores

Posteriormente, o Fórum dos Servidores se reuniu para avaliar o ato e preparar as novas ações. Estiveram presentes quatro diretores do SINAI (direção política do PSOL), um representante da Aduern (não membro da direção), 3 diretores do Sindsaud e 1 diretor do núcleo do Sinte em Extremoz membro da oposição a direção estadual.

Ao invés de preparar a próxima luta e a greve geral unificada do funcionalismo estadual, o que foi dominante na discussão foi sobre a organização de um seminário com objetivo de discutir o que tem em comum na pauta do funcionalismo estadual para retirar uma pauta unificada. Apesar disso ser positivo, a pauta unificada, ao não se colocar imediatamente pela organização da greve geral unida do funcionalismo estadual, demonstra a unidade política dessas direções.

Os diretores do Sinai, de influência política do PSOL, são reticentes com a unificação e avessos na prática, à luta unificada. Por vários anos, a direção do Sinai não convocou sua categoria para a greve quando existia um quadro grevista no Estado, a exemplo do ano passado (2015). Como utilizam as lutas para se projetar eleitoralmente, os membros do PSOL têm receio da unificação atrapalhar seus projetos eleitorais e potencializar eleitoralmente o PSTU.

Os membros do PSTU, presentes na direção do núcleo de Extremoz do Sinte e no Sindsaud, também possuem uma política eleitoral. Apesar de falarem em pauta unificada do funcionalismo estadual, sua proposta de seminário denuncia suas reais intenções. Uma pauta unificada não é retirada em um seminário. As diversas categorias do funcionalismo estadual devem convocar suas assembleias de base e definir suas pautas de reivindicações. A pauta unificada será o que tiver de comum nas diversas reivindicações.

O problema do índice salarial reivindicatório encontra-se no fato de que as direções se recusam a defender a vida dos assalariados. Dessa forma, restringem a reivindicação salarial para o que acreditam ser possível conquistar ou os governos concederem. Portanto, restringem as reivindicações ao que os governos se dispõem a conceder.

O seminário é um instrumento para o PSTU tentar se potencializar eleitoralmente. Não é uma proposta de fato para a organização da luta unificada.

O funcionalismo estadual precisa se unificar para defender seus direitos e conquistar suas reivindicações, inclusive para lutar contra o seu arrocho salarial. A greve geral do funcionalismo estadual precisa expandir para as outras categorias, principalmente dos assalariados da produção, culminando em uma greve estadual da classe explorada. Dessa forma, ficará evidente que a vida dos assalariados se colocará a contra o poder político da burguesia e o seu sistema capitalista.

Preparação da luta do funcionalismo

O Planejamento foi bastante democrático. Garantiu a presença da base e suas propostas foram levadas em conta ao serem apreciadas no voto, quando divergentes inclusive com as propostas da direção, assumindo como proposta do Sindicato aquela que conseguisse a maioria dos votos.

A ausência dos militantes do PT e PCdoB no Planejamento não é por acaso. Os petistas, principalmente, agirão como defensores do governo e impedirão qualquer organização da luta. Os estalinistas estão envolvidos em suas disputas intestinas devido a um setor que quer organizar a luta contra o governo. Mas o PCdoB é vice-governador e, diferentemente do PT, não permite de forma alguma seus militantes atuarem contra o governo. É o centralismo burocrático.

No Planejamento, muitas das propostas da Corrente Proletária na Educação (POR) foram incorporadas. Dentre elas a reativação do Fórum dos Servidores Públicos do Estado. A intenção é organizar a luta conjunta contra o governo. O trabalho de base, a formação política da categoria e a preparação da luta contra o governo foram outras tônicas importantes no Planejamento.

A direção, depois do Planejamento, iniciou a sua implementação. Realizou reuniões em vários campi, discutindo com

a categoria as dificuldades da luta e as tarefas a serem realizadas para enfrentar o governo do Estado (PSD/PCdoB/PT). Participou do ato convocado pelo Fórum dos Servidores contra o atraso de salários e da sua reunião posteriormente. Mais recentemente, convocou uma assembléia geral da categoria antes do início das aulas e uma reunião do Comando de Mobilização para preparar as ações de luta no primeiro dia letivo.

A tarefa do momento é preparar a luta contra o governo. O governo da Paraíba de Ricardo Coutinho (PSB, ex-PT) editou uma MP 242 que suspende por tempo indeterminado todos os direitos do funcionalismo estadual. Não podemos deixar isso acontecer. É preciso unificar o funcionalismo estadual em uma greve geral de luta contra o governo do Estado do RN, que se amplie para os outros setores das classes exploradas, principalmente os da produção, para através da ação direta radicalizada conquistar as reivindicações e barrar a intenção do governo de descarregar a crise capitalista sobre os assalariados. Para isso, a direção da Aduern, apesar de ter a intenção de organizar a luta e possibilitar a participação da base, precisa romper com a política reformista. Do contrário, essa contradição traduzirá em ações restritas aos limites do sistema capitalista e, portanto, incapazes de defender a vida dos explorados.

Moradia – Zona Leste – SP

Somente com uma política independente diante dos governos se conquistará coletivamente a moradia

A Zona Leste de São Paulo sofre com a falta de moradia e com as péssimas condições que rodeiam as existentes. Nenhum governo foi capaz de implantar uma política habitacional que alcançasse a população dessa região. Nos últimos anos, o programa “Minha Casa, minha Vida” do governo Dilma tem sido o projeto que norteia os movimentos sociais. Deixaram de utilizar a ocupação de terrenos e de levantar a bandeira de “Ocupar para Morar”. Hoje usam as ocupações como instrumentos de pressão aos governos. Quando conseguem um acordo para transformar o terreno em “utilidade social”, cadastram os ocupantes e cada um deve esperar sair seu “apartamento”. Enquanto isso não ocorre, as famílias procuram abrigo onde for possível, na casa de um parente, ou de amigos.

Para os sem-teto, a única forma de moradia é a da ocupação de terrenos e prédios abandonados. As ocupações de terrenos na zona Leste são constantes. Como a que ocorreu em junho de 2015, quando 500 pessoas, de um total de 110 famílias, ocuparam um terreno abandonado pela empresa Comércio de Papéis e Aparas Mooca LTDA. Os ocupantes ficam à mercê dos fraudadores, do tráfico e à espera da desocupação pela polícia, a exemplo do que aconteceu no dia 21 de janeiro de 2016, onde o juiz da Vara de Itaquera favoreceu a empresa com um mandado de reintegração de posse.

A política da Frente de Luta por Moradia e

do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é a de ocupar, mas não organizar a resistência. Assim, quando chega a polícia para fazer o despejo, as famílias são arrancadas e dispersadas. Uma parte se torna moradora de rua ou busca abrigo debaixo de viaduto, como ocorre na Zona Leste.

As ocupações de terreno são os métodos dos explorados para conseguir local de moradia. Os governos petistas fazem demagogias com seu programa habitacional, que significa compra de apartamentos. Quem não tem como pagar aluguel, não tem como comprar casa ou apartamento. É o caso dos sem-teto de nossa região. De demagogos passam a reacionários. Veja o exemplo do

novo Secretário Municipal de Habitação, que coordenava o Laboratório de habitação e assentamento e urbanização da USP, empossado em dezembro. Assumiu fazendo promessas, mas um mês depois colocou-se do lado da justiça e da polícia no despejo de 110 famílias na Zona Leste. Disse alto e em bom som: “As ocupações prejudicam a política habitacional vigente. E não geram prioridade no atendimento com moradias definitivas”.

Os movimentos por moradia têm de romper com a política de subordinar as ocupações ao cadastro do governo e à fila de espera individual da casa. E se independizar da política burguesa. A luta dos sem-teto é mesma da classe operária, que é de defesa do emprego a todos e de salário. Só assim é possível assegurar um dos direitos elementares, que é o da moradia.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Nesta edição:

- Argentina - O Governo de Macri nos declara guerra
- Cai o governo no Haiti
- 168 anos do Manifesto do Partido Comunista

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

O Governo de Macri nos declara guerra

Vamos nos organizar para enfrentar sua política

Aumento dos preços, ataque generalizado a nossos salários

A desvalorização do peso e o fim de restrições para exportações de produtos rurais - anunciada por Macri semanas antes de assumir a presidência - se transferiu aos preços, reduzindo o poder aquisitivo da população. Estas medidas significaram um enorme repasse de recursos para a grande burguesia proprietária de terras. Já foi anunciado o aumento do preço da gasolina (quando em todo o mundo não pára de cair o preço do petróleo) e começou-se a aplicar o aumento do gás, luz, transporte, para por fim aos subsídios.

A inflação desde a última negociação coletiva chegou perto dos 40%. Este processo já aconteceu sob o governo kirchnerista e disparou ainda mais durante os primeiros meses do governo macrista. Este aumento dos preços e a redução da capacidade real de compra dos salários configuram-se como um ataque às nossas condições de vida; é um golpe contra todos os oprimidos.

O Governo de Macri, inimigo dos trabalhadores e da Nação

Não dizemos nada de novo quando afirmamos que todo governo que defende o regime capitalista é por definição um governo antiope-rário e antinacional. E voltamos a dizer que é impossível um governo que “governe para todos”. Os interesses das classes são inconciliáveis, ou se governa para a burguesia e para o imperialismo, ou se governa para os oprimidos.

No caso da Argentina, estamos diante de um governo sem dis-farces, que exhibe sem pudor todos os seus atributos. Não se oculta com a máscara de políticos que utilizam um discurso popular. NÃO. Nada disso. Aparece tal como é, as principais empresas nacionais e multinacionais colocaram seus principais homens no governo, ou seus advogados capazes de defender suas causas. O Estado Nacional está abertamente manejado pelos gerentes das multinacionais, sem intermediários. E continuam escolhendo funcionários entre homens do meio gerencial da atividade privada, que, sem se desvincular seus laços com as empresas as quais pertencem, agora têm em suas mãos recursos vitais do Estado.

Recentemente, o ministro de Minas e Energia, Juan José Aran-guren (ex-Shell), nomeou 18 subsecretários dentro de sua pasta. Os novos responsáveis da subsecretaria de Minas são conhecidos como “lobistas da Barrick Gold”. Daniel Meilán, um ex-funcionário do go-verno Menem, que foi chave na instalação das grandes mineradoras, será o subsecretário de Minas. Mario Capello, nomeado subsecretário de Desenvolvimento de Minas, é conhecido publicamente pelo públi-

co rechaço à Lei de proteção aos Glaciares. A Assembleia “Jáchal não se toca” repudiou com um comunicado público estas indicações. A lista continua: à frente da subsecretaria de Recursos Hidrocarboníferos estará José Luis Sureda, ex-vice-presidente da Gás de Pan American Energy. Esta nomeação se realizou com a aprovação de Paolo Rocca, presidente de Techint, que opera no mercado do petróleo argentino através da Tecpetrol, e os irmãos Carlos e Alejandro Bulgheroni, do-nos da Pan American Energy (PAE), a segunda petroleira do mercado, junto com BP e a Chinesa Cnooc. Sereda será o responsável por fixar os preços internos dos hidrocarbonetos.

Isto já havia sido feito por Menem, quando este nomeou para o Ministério da Economia o número um de uma das maiores empresas, Bunge & Born. A ditadura de Videla colocou Martinez de Hoz, diretor de Acindar e numerosas empresas. A ditadura de Onganía nomeou Krieger Vasena. Sempre houve ministros que eram assessores das grandes empresas ou pertenciam a fundações mantidas por empre-sas, como o caso de Cavallo com a Fundação Mediterrânea. Mas no caso de Macri é a primeira vez que se arma um elenco quase completo de primeira e segunda linha de governo com homens diretos das em-presas, seus gerentes, diretores, seus advogados, seus engenheiros.

Macri de joelhos perante o parasitismo financeiro internacional

O ex-banqueiro do JP Morgan, Prat Gay, Ministro da Fazenda, anunciou no Fórum de Davos que permitirá o monitoramento do FMI sobre o país. Isto significa que o organismo voltará a realizar informes sobre a economia e suas tradicionais “recomendações de ajuste”. O Secretário do Tesouro estadunidense declarou que se esta política se efetivar, seu país deixará de se opor no FMI, Banco Mundial e BID a que a Argentina possa contrair créditos.

Nós, trabalhadores, sabemos muito bem que este anúncio signifi-cará um ataque às nossas condições de vida. O mecanismo de en-dividamento do país com estes organismos internacionais é a maior sangria da história, provocou a enorme crise de 2001/02 com milhões de desempregados. Milhares de dólares são desperdiçados com o pa-gamento de juros das dívidas que se contraem com estes parasitas. A isto devemos somar que estão sendo reabertas as negociações com os fundos abutres que exigem cláusulas secretas e rechaçam a possi-bilidade de quitar a dívida. Esta é uma política antinacional, contra os interesses da maioria oprimida, que vai contra a nossa soberania. Devemos rechaçar estas negociações e exigir o não pagamento da dí-

vida externa.

Para completar este quadro de entrega, Macri realizou uma apresentação para os diretores das principais multinacionais oferecendo total garantia para a exploração indiscriminada dos recursos do país, garantia absoluta de lucros.

Defender o salário e os postos de trabalho

Para os oprimidos, para aqueles que vivem de seu salário, estes 60 dias de governo mostram que devemos nos preparar para resistir. Não se pode dar a menor trégua para este governo.

Somente em dois meses se impuseram milhares de demissões no Estado e na atividade privada; os casos mais importantes: Cerâmica San Lorenza, Cresta Roja, os municipais de La Plata, se anunciaram demissões e suspensões no setor petrolífero, se fechou a Aerolínea Sol, nas províncias e municípios esta política também teve as suas consequências.

A burocracia sindical que ensaiou levantar uma campanha generalizada em torno do bônus do final de ano para compensar a escalada dos preços, rapidamente se retirou para negociar o seu lugar ao sol. Milhares de pesos foram transferidos pelo governo nacional aos principais burocratas em fundos para obras sociais. Um claro aceno antes das negociações coletivas.

E o complemento necessário: uma brutal repressão ao pior estilo Berni, contra os trabalhadores de Cresta Roja, contra os Municipais de La Plata, a ameaça da tropa de choque de Jujuy de desalojar a praça; a autorização da polícia de exigir documentos, a preparação de

“protocolos” para autorizar passeatas e protestos, o envio da tropa de choque a Chubut. É por esta via que Macri e seus gerentes pretendem impor as suas medidas econômicas.

Por isso temos de nos preparar desde já. Não temos de esperar dois anos ou quatro, que disso se ocupem os politiquinhos, preocupados com quem será o sucessor. Temos de nos preparar desde já para enfrentar e derrotar a política deste governo.

É necessário colocar em pé as assembleias em todos os locais de trabalho e estudo. Eleger delegados em todos os setores, não se pode esperar que os ataques venham, é preciso se organizar e intervir. Exigir dos dirigentes sindicais que convoquem assembleias gerais para debater um plano de luta. Fomentar a unidade de todos os trabalhadores: do Estado, das empresas privadas, os desempregados, os estudantes. Somente assim poderemos defender os postos de trabalho e os salários. Tem de discutir as negociações coletivas, exigir que o salário mínimo cubra os gastos familiares. Organizar a ocupação de cada fábrica ou órgão do Estado que demita os seus trabalhadores.

A classe operária precisa conquistar a sua independência política em relação à burguesia e às variantes que se dizem nacionalistas e populares, todos trabalham para preservar a dominação capitalista e agravam cada vez mais as condições de vida das massas com os seus ajustes e desajustes. Cada um deles culpa ao outro pelos males, mas coincidem em descarregar todos os seus problemas e suas crises sobre as costas da maioria. Devemos acabar com eles o quanto antes.

(Extraído do Jornal Massas, nº309, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Cai o governo no Haiti

Depois de intensos confrontos de rua entre manifestantes e a polícia, o presidente Michel Martelly decidiu entregar o governo ao Congresso Nacional, que realizará as eleições em 24 de abril e dará posse ao novo mandatário em 14 de maio. De fato, o mandato de Martelly já havia se encerrado. A crise política se instaurou devido à fraude eleitoral. O candidato opositor, Jude Célestin, decidiu não participar do segundo turno, marcado para 24 de janeiro, contra o candidato governista, Jovenel Moïse, em resposta à descarada manipulação do pleito de 25 de outubro.

A recusa de Célestin em participar da farsa desencadeou uma revolta popular. Do lado de Martelly ficaram os funcionários e famílias beneficiados pelo desvio de recursos da “ajuda” internacional, pelos privilégios estatais e pela corrupção. Uma porção de parasitas foi se despedir de seu benfeitor, em uma manifestação festiva em frente à sua casa. A imensa maioria de pobres e miseráveis não viu a hora do bandido deixar o governo. Se não saíssem às ruas, pouca importância teria a negação de Célestin em participar do segundo turno. Foram os oprimidos, tendo à frente a juventude, que impuseram a saída institucional de Martelly.

Nada garante, porém, que as eleições de 24 de abril sejam limpas. O Congresso Nacional, que estabelecerá um governo provisório, é apêndice do governo de Martelly. Ainda assim, há que destacar a luta dos explorados contra a fraude eleitoral e o governo antinacional que sustentou nestes últimos cinco anos a miséria e a fome por meio da polícia e das tropas da ONU (Minustah), que ocupam o Haiti desde 2004.

Ocorre que a contradição fundamental da crise política não está no fato de se ter eleições democráticas e limpas, mas sim no fato dos explorados não terem um partido revolucionário que os prepare para lutar por um governo próprio, operário e camponês. É bem possível que se ocorrerem as eleições em abril Célestin pode vencer. É o que indicou o primeiro turno fraudado. Esse político é homem do ex-presi-

dente René Préval, tão corrupto e tão entreguista quanto os governos anteriores da mesma linhagem. Nas eleições de 2010, concorreu como candidato governista. O pleito também foi questionado como fraudulento. A Organização dos Estados Americanos (OEA) interveio e o Conselho eleitoral decidiu validar as eleições e convocar o segundo turno. Michel Martelly, que ocupou o terceiro lugar no primeiro turno acabou ganhando da candidata Mirlande Manigat.

O novo presidente não passava de um aventureiro que se utilizou da fama de cantor para chegar à Presidência. Imediatamente, restabeleceu os vínculos com a velha direita representada pela família de François Papa Doc Duvalier, que se apossou do poder do Estado de 1957 a 1986. Depois de 29 anos da ditadura dos Duvaliers, a República Haitiana passou a ser sacudida a cada eleição e a cada novo governo. A morte do ditador Papa Doc, em 1971, conduziu ao poder seu filho Jean-Claude Duvalier, apelidado de Baby Doc. As massas saem às ruas contra a ditadura moribunda, Baby Doc abandona o país e uma Junta Militar faz as vezes do governo. Estabelece-se uma nova Constituição como se estivesse pondo fim à ditadura da família Duvalier. Na realidade, as condições econômicas e sociais do Haiti já não permitiram a permanência da longa e venal ditadura. O primeiro governo pós Duvalier foi um político de esquerda vinculado à teoria da Libertação, padre Jean Bertrand Aristide. Seu governo, iniciado em 1991, não completou um ano e foi derrubado por um golpe militar. Os Estados Unidos intervieram impondo sanções econômicas, com apoio da ONU. Três anos depois, em 1994, a Junta Militar negociou com o governo norte-americano uma anistia e o retorno das eleições. O padre Aristide é reempossado, com o apoio do imperialismo. O afastamento dos militares do comando do Estado e o restabelecimento das eleições implicaram a ocupação do Haiti pela força multinacional imperialista. A interferência dos Estados Unidos chegou a tal ponto que em 1995 o Exército foi desmantelado e a ONU se ocupou da segurança militar do país. A sucessão de Aristide passou para René Préval,

candidato da coalizão governamental - Movimento Lavalas. Aristide é reeleito em 2000. A adesão de 92% dos eleitores indicou fraudes. As massas retornaram às ruas, agora não contra a ditadura dos Duvaliers mas sim do pseudo esquerdista Aristide. Os Estados Unidos e a França põem fim a mais um governo eleito, em 2004. A instabilidade se amplia, com choques de rua e com as divisões no Estado. A ONU, sob a orientação os Estados Unidos, envia a “Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah)”, que será encabeçada pelo Brasil. Lembremos que Lula atendeu ao pedido do governo Bush. Até hoje, a força militar intervencionista permanece no Haiti. O terremoto de 2010 e a consequente tragédia serviram de argumento para o imperialismo justificar a presença da Minustah. É sobre a base desse passado que se manifesta a crise atual.

O que essa sequência de acontecimentos, choques entre as frações burguesas e pequeno-burguesas haitianas e intervencionismos externos demonstram? Que o Haiti não tem como edificar uma república democrática, que funcione o mecanismo formal das eleições, que estabeleçam os três poderes com uma certa independência e que os governos eleitos tenham capacidade de alimentar as ilusões democráticas na população oprimida. Sua frágil economia e o fato de não ter constituído uma fração burguesa industrial estão na base da impossibilidade de se erguer uma democracia mais ou menos estável. A história do Haiti é de revoltas e de intervenção colonialista e imperialista. A sua independência em 1794 e abolição da escravatura, após as revoltas escravas de 1791, não puderam nem se impor diante dos opressores externos, nem de tornar a “Primeira República Negra das Américas” em uma verdadeira república burguesa.

168 anos do Manifesto do Partido Comunista

Em 21 de fevereiro de 1848, foi publicado o *Manifesto do Partido Comunista*, regido por Marx. Pode-se dizer, no entanto, que se originou oito meses antes. Em junho de 1847, no I Congresso da Liga dos Justos, foi aprovado um documento programático, escrito por Engels, que se denominou *Princípios do Comunismo*. O seu primeiro nome foi *Esboço de uma Profissão de Fé*. A Liga dos Justos também foi modificada, passando a “*Liga dos Comunistas*”. Como o *Princípios do Comunismo* teve como forma perguntas e respostas e, portanto, não correspondia à forma de programa, Engels propõe a Marx, em novembro de 1847, que desse uma outra redação. O nome *Manifesto Comunista* foi sugerido pelo próprio Engels. Nota-se que aspectos essenciais de fundamentos históricos e teóricos do *Manifesto* se encontram no *Princípios do Comunismo*.

O II Congresso da Liga dos Comunistas ocorreu em novembro de 1847, em Londres. Engels e Marx já haviam se destacado como membros dessa organização revolucionária. Em virtude do empenho de Engels, no I Congresso, de dotá-la de fundamentos programáticos, possibilitou que os membros da Liga dos Comunistas os encarregassem de elaborar o *Manifesto do Partido Comunista*, em seu II Congresso. Como se pode ver, a concepção desse documento programático do proletariado foi erigida em 1847, sendo publicado em forma do *Manifesto*, em fevereiro de 1848.

Nestes 168 anos de existência do *Manifesto*, publicamos algumas passagens de Lênin.

Lênin refere-se à origem do Manifesto do Partido Comunista

“Em setembro de 1844, Friedrich Engels chegou em Paris e desde então se tornou o amigo mais íntimo de Marx. Os dois participaram ativamente na vida, desde então febril, dos grupos revolucionários de Paris (especial importância tinha nesse momento a doutrina de Proudhon, a qual Marx fez em pedaços definitivamente em seu li-

O pequeno proletariado haitiano, a sua maioria constituída por operários da indústria de bens de consumo e construção civil, negócios esses controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, tem a tarefa de reunir em torno de si a maioria oprimida, formada de camponeses e populares desempregados e subempregados. É necessário que compreenda que é parte do proletariado mundial, de onde arrancará forças para construir seu partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista. Enquanto for arrastado pelas frações burguesas e pequeno-burguesas em torno das eleições, não terá como se destacar como uma força independente capaz de dirigir o potencial revolucionário da maioria oprimida. É claro que a sua vanguarda não pode se descuidar das lutas democráticas em torno do poder, mas não deve se submeter às manobras burguesas, pequeno-burguesas e do imperialismo. É necessário vincular as eleições para a presidência com a expulsão do imperialismo. A Minustah e os Estados Unidos são rechaçados pela maioria, que sente na pele a prepotência das armas imperialistas. Não se pode confundir a defesa de eleições democráticas com o apoio a qualquer uma das frações em disputa, que se sujeitaram e se sujeitam à opressão nacional, ao colonialismo. É preciso dizer que a definição do regime político no Haiti é tarefa somente do povo haitiano.

Nesta luta, é decisivo que a vanguarda desenvolva o programa da independência nacional, da revolução agrária, da industrialização e do fim da miséria que atinge a maioria. Esse programa somente pode ser cumprido por um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária.

No Brasil, o POR apoia os combates de rua dos haitianos contra a prepotência governamental e a intervenção imperialista.

vro *Miséria da Filosofia*, 1847) e, travando uma vigorosa luta contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, elaboraram a teoria e a tática do *socialismo proletário* revolucionário ou comunismo (marxismo) (...). Em 1845, por pressão do governo prussiano, Marx foi expulso de Paris, como revolucionário perigoso. Mudou-se, então, para Bruxelas. Na primavera de 1847, Marx e Engels se incorporaram na sociedade secreta de propaganda, denominada *Liga dos Comunistas*, em cujo II Congresso (novembro de 1847, em Londres), tiveram destacada participação e foram encarregados de escrever o famoso *Manifesto do Partido Comunista*, que apareceu em fevereiro de 1848. Nesta obra, se estabelece, com brilhante e genial clareza, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente, aplicado também no campo da vida social; a dialética, como a doutrina mais complexa e profunda sobre o desenvolvimento; a teoria da luta de classes e da histórica missão universal do proletariado, criador da nova sociedade, sociedade comunista”.

(Extraído das *Obras Completas*, V. Lênin, vol. XXII, Carlos Marx (Breve Esboço Biográfico con una exposición del marxismo, 1918)

Marxismo como ciência

“Agora, depois da publicação de *O Capital*, a concepção materialista da história já não é uma hipótese, mas uma tese cientificamente demonstrada; enquanto não existia outra tentativa de explicar de forma científica o funcionamento e o desenvolvimento de alguma formação social – precisamente de uma formação social e não dos fenômenos da vida cotidiana de um país, ou de um povo, ou ainda de uma classe, etc. -, outra tentativa capaz de pôr em ordem “os fatos correspondentes”, tal como o materialismo soube fazer; capaz de dar assim, um quadro vivo de uma formação determinada explicando-a de um modo rigorosamente científico; enquanto não exista essa tentativa, a concepção materialista da história será sinônimo de ciência

social. O materialismo não é “uma concepção preferencialmente científica da história” como acredita o senhor Mijailovski, mas a única concepção científica da história.

Pois bem, é possível imaginar caso mais curioso de que existam pessoas que, tendo lido *O Capital*, não tenham encontrado nele o materialismo? Onde está? Pergunta com sincera perplexidade o senhor Mijailovski.

Leu o *Manifesto Comunista* e não percebeu que nele se faz uma explicação materialista dos sistemas contemporâneos – jurídicos, políticos, familiares, religiosos, filosóficos -, e que inclusive a crítica das teorias socialistas e comunistas procura e encontra a origem de tais sistemas em determinadas relações de produção”.

(*Passagem extraída das Obras Completas, V. Lênin, tomo I, Quiénes son los “amigos del Pueblo” y como luchan contra los socialdemocratas, escrito em 1894*)

Fundir o programa revolucionário com o movimento dos explorados

“Muito fez a socialdemocracia russa quanto à crítica das velhas teorias revolucionárias e socialistas; não se limitou somente a criticar e teorizar; demonstrou que seu programa não é um programa suspenso no ar, mas que marcha ao encontro do amplo movimento espontâneo dos setores populares, ou, mais exatamente, do proletariado das fábricas. Agora tem de dar mais um passo adiante, muito difícil, sim, mas também muito importante: criar a organização deste movimento, adequada a nossas condições. A socialdemocracia não se limita simplesmente a servir ao movimento operário; é “a união do socialismo com o movimento operário” (segundo a definição de Kautsky, quem reproduz as ideias básicas do *Manifesto Comunista*); sua tarefa é introduzir no movimento operário espontâneo definidos ideais socialistas, ligar este movimento com as convicções socialistas, que devem estar ao nível da ciência contemporânea, vinculá-lo com a sistemática luta política pela democracia, como meio para realizar o socialismo; em uma palavra, fundir este movimento espontâneo em um todo indivisível com a atividade do partido revolucionário (...)”

(*Extraído das Obras Completas, V. Lênin, tomo IV, Artículos para Rabóchaia Gazeta, escritos em 1899*)

Total clareza na defesa do objetivo estratégico

“(...) Nossos pontos de vista estão em completo acordo com todas as ideias fundamentais de Marx (tal como foram expostas no *Manifesto Comunista* e nos programas dos socialdemocratas da Europa ocidental), e somos partidários de um desenvolvimento coerente dessas ideias com o pensamento de Marx e de Engels; rechaçamos categoricamente essas emendas híbridas e oportunistas que estão na moda seguindo o exemplo fácil de Bernstein. Consideramos que é tarefa da socialdemocracia organizar a luta de classes do proletariado, promovê-la, expor, sem dúvida, o objetivo final, estudar as condições que determinam os métodos para realizar essa luta. “A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários”. Mas ainda que não separemos a socialdemocracia do movimento operário, não devemos nos esquecer que a tarefa da primeira é defender em toda sua integridade os interesses desse movimento em todos os países; que de nenhuma maneira deve cair na cega veneração de tal ou qual fase particular do movimento, em tal ou qual época ou lugar. Consideramos que é dever da socialdemocracia apoiar todo movimento revolucionário contra o regime governamental e social existente, e que seu objetivo é a conquista do poder

político pela classe operária, a expropriação dos expropriadores e o estabelecimento da sociedade **socialista**”.

(*Passagens extraídas das Obras Completas, V. Lênin, Vol. IV, Proyecto de Declaración de la Redacción de Iskra e de Zariá, abril de 1900*)

Proletariado como classe revolucionária

“O projeto fala positivamente do caráter revolucionário da pequena burguesia (se “apoia” no proletariado, isso não significa que é revolucionário?), mas não diz uma só palavra acerca de seu caráter conservador (inclusive reacionário). Isso é completamente unilateral e falso.

Podemos (e devemos) assinalar positivamente o caráter conservador da pequena burguesia. E **somente na forma condicional** devemos falar de seu caráter revolucionário. Somente uma formulação assim coincidirá exatamente com o espírito da doutrina de Marx. Assim, por exemplo, o *Manifesto Comunista* declara sem atenuantes que “de todas as classes que hoje se enfrentam com a burguesia, somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária ... O pequeno industrial, o artesão, o camponês... não são revolucionários, mas conservadores. Mais ainda, são revolucionários ... Se por casualidade são revolucionários (“se”), o são quando têm diante de si a perspectiva de sua passagem iminente para o proletariado ... quando abandonam seus próprios pontos de vista para adotar os do proletariado”.

E não digam que as coisas mudaram substancialmente durante meio século transcorrido desde o *Manifesto Comunista*. Precisamente, neste aspecto nada mudou, e os teóricos reconheceram a verdade desta tese sempre e constantemente (por exemplo, em 1894, colocando-se neste ponto de vista, Engels refutou o programa agrário dos franceses. Considerava que até que o pequeno camponês abandonasse seu ponto de vista, não estaria conosco, senão que seu lugar se encontraria entre os antisemitas; consiga-se que se eduque e nos pertencerá com tanta mais segurança quanto mais os partidos burgueses os enganem); além disso, a história se encarrega de que as massas encontrem a confirmação nos fatos desta teoria, até que nestes últimos dias e até entre *nos chers amis* (nossos queridos amigos, NT), os senhores “críticos”.

A propósito disso: suprimiu-se a referência à ditadura do proletariado, que figurava no projeto original. Ainda que ocorreu por casualidade, por descuido, no entanto continua sendo necessário que o conceito “ditadura” é incompatível com o reconhecimento positivo de uma ajuda alheia prestada ao proletariado. Se de fato soubéssemos positivamente que a pequena burguesia ajudará o proletariado quando este realize sua revolução, a revolução proletária, não teria por que falar de “ditadura”, já que então teríamos assegurada uma maioria tão esmagadora da população, que poderíamos muito bem prescindir da ditadura (do que os “críticos” querem nos convencer). O reconhecimento da necessidade da ditadura do proletariado se acha unido de modo mais estreito e inseparável das teses do *Manifesto Comunista* acerca de que somente o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”

(*Passagem extraída das Obras Completas, Lênin, tomo VI, Observaciones al Segundo Proyecto de Programa de Plejánov, março de 1902*)

Particularidade nacionais do desenvolvimento da classe operária

“É sumamente instrutivo comparar as opiniões de Marx e Engels sobre os problemas do movimento operário anglo-norte americano e alemão. Se se leva em conta que a Alemanha, por um lado, Inglaterra e América do Norte, por outro, representam diversas fases do desenvolvimento capitalista, distintas formas de dominação da burguesia como classe em toda vida política desses países, tal comparação adquire especial importância. Do ponto de vista científico, observamos



aqui um exemplo de dialética materialista: a capacidade de pôr em primeiro plano e sublinhar os diversos pontos e os distintos aspectos de um problema, aplicando-os às particularidades concretas de uma ou de outra condição política e econômica. Do ponto de vista da política prática e da tática do partido operário, vemos aqui como os criadores do *Manifesto Comunista* determinavam as tarefas do proletariado na luta de acordo com as diversas etapas pelas quais o movimento operário nacional atravessava nos distintos países”.

(Extraído das Obras Completas, V. Lênin, tomo XII, Prefácio a la traducción rusa del libro Correspondencia de J.F.Becker, J.Deitzgen, F.Engels, C.Marx y otros con F.A.Sorge y otros, abril de 1907)

Concepção materialista e método dialético

“A filosofia do marxismo é o *materialismo*. Ao longo de toda história moderna da Europa, em especial na França, em fins do século XVIII, onde se desenvolveu a batalha decisiva contra toda a escória medieval, contra o feudalismo nas instituições e nas ideias, o materialismo se mostrou como a única filosofia consequente, fiel a tudo que ensinam e as ciências naturais, hostil à superstição, à dissimulada hipocrisia, etc. Por isso, os inimigos da democracia empenharam todos seus esforços para “refutar”, minar, difamar o materialismo e saíram em defesa das diversas formas do idealismo filosófico, que se reduz sempre, de uma forma ou outra, à defesa ou ao apoio da religião. Marx e Engels defenderam de modo mais enérgico o materialismo filosófico e explicaram reiteradas vezes o profundo erro que significava qualquer desvio dessa base. Nas obras de Engels *Ludwig Feuerbach* e *Anti-Dühring* que – como o *Manifesto Comunista* – são livros de cabeceira de todo operário com consciência de classe, é onde aparecem expostas com maior clareza e detalhe suas opiniões.

Mas Marx não se deteve no materialismo do século XVIII, desenvolveu a filosofia levando-a a um nível superior. Enriqueceu-a com as conquistas da filosofia clássica alemã, em especial com o sistema de Hegel, o qual, por sua vez, havia levado ao materialismo de Feuerbach. O principal destas conquistas é a *dialética*, isto é, a doutrina do desenvolvimento em sua forma mais completa, profunda e ampla, a doutrina acerca da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em perpetuo desenvolvimento (...)

Marx aprofundou o desenvolvimento total do materialismo filosófico, e o tornou o conhecimento da natureza extensivo ao conhecimento da *sociedade humana*. O *materialismo histórico* de Marx é uma enorme conquista do pensamento científico. Ao caos e à arbitrariedade que imperaram até então nestes pontos de vista sobre a história política, sucedeu uma teoria científica assombrosamente completa e harmônica, que mostra como, em virtude do desenvolvimento das forças produtivas, de um sistema de vida social surge outro mais elevado, como do feudalismo, por exemplo, nasce o capitalismo.

Assim como o conhecimento do homem reflete a natureza (isto é, a matéria em desenvolvimento), que existe independentemente dele, assim o *conhecimento social* do homem (isto é, as diversas concepções e doutrinas filosóficas, religiosas, políticas, etc.), reflete o *regime econômico* da sociedade. As instituições políticas são a superestrutura que se eleva sobre a base econômica. Assim vemos, por exemplo, que as diversas formas políticas dos Estados europeus modernos servem para reforçar a dominação da burguesia sobre o proletariado.

A filosofia de Marx é um materialismo filosófico acabado, que proporciona a humanidade e sobretudo à classe operária, a poderosa arma do saber”.

(Extraído das Obras Completas, V. Lênin, tomo XIX, *Três Fuentes y Três Partes Integrantes del Marxismo*, março de 1913)

Revolução violenta

“Temos afirmado mais acima, e demonstraremos como maior detalhe mais adiante, que a teoria de Marx e Engels sobre a inevitabilidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este último *não pode* ser substituído pelo Estado proletário (ditadura do proletariado) mediante o processo de “extinção”, a não ser, como regra geral, somente por meio da revolução violenta. A exaltação que Engels faz desta, e que coincide plenamente com reiteradas manifestações de Marx (vejam as passagens finais da *Miséria da Filosofia* e do *Manifesto Comunista*, com sua firme e franca proclamação da inevitabilidade de uma revolução violenta; vejam o que Marx escreveu quase trinta anos mais tarde, criticando o Programa de Gotha de 1875, quando fustigou implacavelmente o caráter oportunista desse programa), esta defesa não é, de nenhum modo, um simples “impulso”, uma simples declamação, ou um ímpeto polêmico. A necessidade de penetrar sistematicamente nas massas esta e precisamente esta ideia da revolução violenta constitui a base de *toda* a teoria de Marx e Engels”.

(Passagens extraídas das Obras Completas, V. Lênin, vol. XXVII, *El Estado y la Revolución*, escrito entre agosto e setembro de 1917, publicado em 1918)

O Estado como órgão de dominação de classe

“O *Manifesto Comunista* faz um resumo geral da história, que nos obriga a considerar o Estado como órgão de dominação de classe e nos leva à inevitável conclusão de que o proletariado não pode derrotar a burguesia sem conquistar primeiro o poder político, sem conseguir a supremacia política, sem transformar o Estado no “proletariado organizado como classe dominante”; e de que esse Estado proletário começará a extinguir-se imediatamente depois de seu triunfo, porque, em uma sociedade na qual não existem contradições de classe, o Estado é desnecessário e impossível. Mas aqui não se coloca como deverá realizar-se – do ponto de vista do desenvolvimento histórico – a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário”.



Correção de Marx e Engels ao Manifesto

“A única “correção” que Marx considerou necessário introduzir no *Manifesto Comunista* surgiu da experiência revolucionária dos comunistas de Paris.

O último prefácio da nova edição alemã do *Manifesto Comunista*, assinado por seus dois autores, é datado de 24 de junho de 1872. Neste prefácio, os autores Karl Marx e Friedrich Engels dizem que o programa do *Manifesto Comunista* em alguns detalhes permaneceu ultrapassado.

“A Comuna demonstrou, sobretudo – continuam –, que a classe operária não pode simplesmente se apossar do aparato estatal existente e colocá-lo em marcha para seus próprios fins”.

Os autores tomaram as palavras que nesta citação estão entre aspas simples, do livro de Marx, *A guerra civil na França*. Assim, portanto, Marx e Engels atribuíram tão enorme importância a este ensinamento fundamental e principal da Comuna de Paris, que a introduziram como importante correção no *Manifesto Comunista*.

É bem característico que essa importante correção tenha sido tergiversada pelos oportunistas e que seu sentido seja, provavelmente desconhecido pelas nove décimas partes, senão por noventa e nove por cento dos leitores do *Manifesto Comunista*”.

(Passagens extraídas das Obras Completas, V. Lênin, vol. XXVII, *El Estado y la Revolución*, escrito entre agosto e setembro de 1917, publicado em 1918)

A classe operária não tem pátria e a guerra nacional

“No *Manifesto Comunista* se diz que os operários não têm pátria.

Correto. Mas ali não se afirma *somente* isso. Ali também se afirma que, quando se formam os Estados nacionais, o papel do proletariado apresenta certas particularidades. Tomar a primeira proposição (os operários não têm pátria) e *esquecer sua relação* com a segunda (os operários se constituem como classe nacionalmente, ainda que não no mesmo sentido que a burguesia), seria totalmente incorreto.

Em que consiste, então, a relação? A meu critério, precisamente no fato de que no movimento *democrático* (nesse momento e nessas circunstâncias concretas) o proletariado não pode negar-se a apoiá-lo (e, por conseguinte, apoiar a defesa da pátria em uma guerra nacional).

Marx e Engels diziam no *Manifesto Comunista* que os operários não têm pátria. Mas o próprio Marx *chamou* mais de uma vez à guerra *nacional*: Marx em 1848, Engels em 1859 (...). Em 1891, diante da ameaça e da iminência de uma guerra da França (Boulanger) + Alexandre III contra Alemanha, em Engels reconheceu diretamente a “defesa da Pátria”. Marx e Engels eram trapaceiros que diziam uma coisa hoje e outra amanhã? Não. Em minha opinião, o reconhecimento da defesa da pátria em uma guerra nacional responde *plenamente* ao marxismo. Em 1891, os socialdemocratas alemães tinham realmente o *dever* de defender a pátria em uma guerra contra Boulanger + Alexandre III. Esta teria sido uma peculiar variante de guerra nacional.”

(*Extraído das Obras Completas, V. Lênin, tomo XXXIX, Carta a I. F. Armand, 30 de novembro de 1916.*)

Ditadura do proletariado

“Em terceiro lugar, recordarei respeitosamente ao sr. Kautsky, que conhece a dedo Marx e Engels, a seguinte avaliação de Engels sobre a Comuna ... da “democracia pura”: estes senhores (os antiautoritários) nunca viram uma revolução? Uma revolução é, sem dúvida, o acontecimento mais autoritário que existe; é um ato por meio do qual uma parte da população impõe sua vontade a outra parte com fuzis, baionetas e canhões, todos eles meios altamente autoritários. E o partido vitorioso para manter a sua dominação deve se valer do terror que suas armas inspiram nos reacionários. A Comuna de Paris teria durado mais de um dia se não tivesse empregado autoridade do povo armado contra a burguesia? Não podemos, pelo contrário, reprovar a Comuna por ter se utilizado muito pouco dessa autoridade?”

Aí tem sua “democracia pura”! Como Engels teria rido do vulgar pequeno-burguês, do “socialdemocrata” (no sentido que se dava a estas palavras na França na década de 1840 e a qual se lhes dá em toda a Europa em 1914-1918) que tivesse colocado na cabeça falar de “democracia pura” na sociedade dividida em classes! (...)

Marx e Engels analisaram de modo mais detalhado a Comuna de Paris e demonstraram que seu mérito residia na tentativa de *esmagar, de destruir* “a máquina estatal existente”. Tal importância atribuiu Marx e Engels a esta conclusão, que foi a única emenda que introduziram em 1872 no programa “antiquado” (em parte) do *Manifesto Comunista* (...)

Não é estranho que Rosa Luxemburgo declarasse em 4 de agosto de 1914 que a socialdemocracia alemã era *um cadáver hediondo*. (...)

“Já no *Manifesto Comunista*, ao descrever que tipo de Estado necessita a classe operária vitoriosa, dizia Marx: “o Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante”. E agora, um homem que pretende continuar sendo marxista declara que o proletariado totalmente organizado e que trava “uma luta decisiva” contra o capital, *não deve* transformar sua organização de classe em uma organização

estatal! Essa “fé supersticiosa no Estado”, que, segundo escrevia Engels em 1891, falando da Alemanha, foi extraído da consciência geral da burguesia e, inclusive, da de muitos operários”, é o que aqui manifesta Kautsky.

(*Passagens extraídas das Obras Completas, V. Lênin, tomo XXX, La revolución proletaria y el renegado Kautsky, 10 de novembro de 1918*)

“Marx e Engels, no último prólogo do *Manifesto Comunista* escrito em colaboração (em 1872), consideraram necessário advertir especialmente aos operários que o proletariado não pode simplesmente apropriar-se da máquina estatal existente (ou seja, burguesa) e colocá-la em funcionamento para seus próprios objetivos, mas que teria de quebrá-la, destruí-la. O renegado Kautsky, que escreveu um folheto especial intitulado *A ditadura do proletariado* oculta dos operários esta importante verdade marxista (...)

Somente a ditadura do proletariado pode libertar a humanidade da opressão do capital, das mentiras, falsidades e hipocrisias da democracia burguesa – democracia para os ricos – e estabelecer uma democracia *para os pobres*, isto é, permitir que os benefícios da democracia sejam *realmente* acessíveis aos operários e camponeses pobres, enquanto que agora (inclusive na república *burguesa* mais democrática) os benefícios da democracia, na realidade, são inacessíveis à enorme maioria dos trabalhadores”.

(*Extraído das Obras Completas, V. Lênin, tomo XXX, Democracia y dictadura, janeiro de 1919*)

Conclusão

Não é do nosso conhecimento que Lênin tenha escrito especificamente sobre o Manifesto do Partido Comunista, como fizeram outros marxistas a exemplo do livro de David Riazanov (*Notas ao Manifesto Comunista*) e do ensaio de Leon Trotsky (*Há noventa anos do “Manifesto Comunista”*). No entanto, toda sua obra está marcada e alicerçada pelos fundamentos e princípios do Manifesto Comunista.

Lênin assimilou profundamente a doutrina científica de Marx e Engels, construindo o partido, dedicando-se ao conhecimento da realidade russa e internacional. As passagens que extraímos de vários escritos e de distintos momentos referentes ao Manifesto Comunista não apenas indicam a importância que o revolucionário russo dava a esse primeiro programa do proletariado mundial como também contribuiu para o maior conhecimento do socialismo científico.

Nas comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista, fevereiro de 1998, o POR publicou um número especial da Revista Socialismo Científico (nº 5, abril/junho de 1998). Justamente pelo fato de não termos encontrado nenhum escrito de Lênin dedicado especialmente ao Manifesto Comunista, nossa revista não traz nenhuma referência a Lênin. Na ocasião, não tivemos a possibilidade de vasculhar as suas Obras Completas. Agora, nos 168 anos do Manifesto cumprimos essa tarefa. Certamente podem ter ficado fora algumas passagens de outros escritos. Algumas delas, não aproveitamos porque apareciam em breves situações, mais exemplificativas que analíticas.

O leitor notará que os extratos selecionados expõem fundamentos programáticos que estiveram na luta política no seio da socialdemocracia russa e depois do partido bolchevique contra os revisionistas do marxismo, que não admitiram a revolução e a ditadura do proletariado. Nota-se que o Manifesto Comunista foi um guia para a militância de Lênin nas mais diversas situações da luta de classes nacional e internacional.

Temos diante de nossos olhos o exemplo de como a construção do partido no seio do proletariado e a revolução dependem da justeza, clareza e firmeza do programa.

